

**Odebrecht Agroindustrial
Participações S.A.
e suas controladas**

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de março de 2016
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Odebrecht Agroindustrial Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Odebrecht Agroindustrial Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva – Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, estão em andamento, desde 2014, investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e a lavagem de dinheiro. Essas investigações e medidas judiciais envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte, e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. No contexto desses processos:

- Em 8 de março de 2016, o ex-presidente da acionista controladora, Odebrecht S.A., foi condenado em 1ª. Instância, sendo que houve recurso sobre tal decisão. Outras ações penais envolvendo esse e outros ex-executivos do Grupo Odebrecht estão em andamento.
- Em 22 de março de 2016, a controladora Odebrecht S.A. divulgou comunicado público em que informa que decidiu por uma colaboração definitiva no âmbito da Operação Lava Jato, e que estaria em discussão com as autoridades competentes para firmar acordo de leniência. Até o momento, não foram divulgados o significado da mencionada colaboração, tampouco os termos e efeitos econômico-financeiros do mencionado acordo de leniência.
- O Ministério Público Federal propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra a acionista controladora Odebrecht S.A., a empresa ligada Construtora Norberto Odebrecht S.A., e certos ex-executivos de ambas as companhias. Na referida ação, ainda pendente de julgamento, são requeridos o pagamento solidário de ressarcimento, multas e danos morais coletivos, no montante total de aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, a proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras sanções.
- Em 28 de abril de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu nova denúncia contra o ex-presidente da acionista controladora, Odebrecht S.A., e contra certos ex-executivos e ex-empregados do Grupo Odebrecht, pelos crimes de organização criminosa e lavagem de capitais, relacionada à alegada existência de um setor dentro do Grupo Odebrecht destinado à operacionalização e coordenação de pagamentos ilícitos no Brasil e no exterior. A confirmação da existência desse sistema paralelo de pagamentos ilícitos, revelaria que os controles internos das empresas do Grupo Odebrecht foram desconsiderados. A denúncia foi recebida pela Justiça Federal em 29 de abril de 2016. Até o momento, não nos foram apresentadas evidências que esclarecessem os elementos apresentados na denúncia do Ministério Público Federal.
- Em 30 de maio de 2016, foram propostas, pela Advocacia Geral da União (“AGU”), duas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa contra a controladora Odebrecht S.A., as empresas ligadas Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A., e outras empresas não relacionadas ao Grupo Odebrecht, com as quais foram firmados consórcios em determinados contratos de construção. Nas referidas ações, ainda pendentes de julgamento, são requeridos o pagamento solidário e multas, no montante total de aproximadamente R\$ 12 bilhões, atribuído pela AGU a todas as empresas envolvidas nas ações, além da proibição de contratar com o poder público, entre outras sanções.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.

Considerando o descrito anteriormente, embora até a presente data a Companhia e suas controladas: (i) não tenham sido notificadas como objeto de investigação, (ii) nunca tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenham tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado, não é possível determinar, nas circunstâncias, os desdobramentos desses temas e os impactos para a Companhia e suas controladas, incluindo a eventual imediata exigibilidade de passivos financeiros decorrente de violações de cláusulas de *covenants* em contratos de empréstimo e financiamento e de lançamento de títulos de dívida. Consequentemente, não foi possível obter as evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação a esses assuntos que permitissem determinar os seus efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2016.

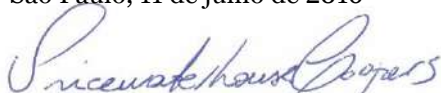
Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos, não determinados, dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva – Operação Lava Jato”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Agroindustrial Participações S.A. e da Odebrecht Agroindustrial Participações S.A. e suas controladas em 31 de março de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Ênfase – Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para as Notas 1.1 e 27 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia e suas controladas tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 3.318.958 mil, situação essa que suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. Ainda de acordo com as referidas notas, no intuito de manter a continuidade operacional, a Companhia e suas controladas firmaram Instrumento Particular de Acordo de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo”) em 30 de junho de 2016, renegociando parte substancial de suas dívidas com compromisso do acionista de aporte de recursos e ativos. A liberação dos novos recursos que serão aportados, o alongamento da dívida, a estrutura de capital e os fluxos de caixa de curto e longo prazos estão condicionados a certas condições precedentes firmadas no Acordo descritas nas Notas 1.1 e 27. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

São Paulo, 11 de julho de 2016



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1

Índice

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado do exercício	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras	12
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	26
4 Gestão de risco financeiro	27
5 Instrumentos financeiros por categoria	33
6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	35
7 Contas a receber de clientes	36
8 Estoques	36
9 Tributos a recuperar	37
10 Partes relacionadas	38
11 Investimentos em sociedades controladas	44
12 Imobilizado	47
13 Ativo biológico	49
14 Intangível	51
15 Empréstimos e financiamentos	54
16 Tributos a recolher e parcelados	60
17 Operações com derivativos	60
18 Imposto de renda e contribuição social diferidos	61
19 Planos de previdência privada	64
20 Patrimônio líquido	64
21 Receita bruta e líquida	67
22 Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza	67
23 Receitas e despesas financeiras	68
24 Cobertura de seguros	68
25 Provisões para contingências	69
26 Compromissos (consolidado)	70
27 Eventos subsequentes	71

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Balanco patrimonial em 31 de março
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6 (a)	2.575	648.347	109.273	927.609
Aplicações financeiras	6 (b)	22.445	88.356	33.181	97.153
Contas a receber de clientes	7	2.617	8.237	155.201	158.453
Estoques	8	-	-	823.356	808.887
Tributos a recuperar	9	9.155	5.472	405.850	308.705
Partes relacionadas	10 (a)	2.061.918	1.730.364	1.271.521	1.048.011
Operações com derivativos	17	99	-	99	-
Outros créditos		2	8.142	47.400	21.261
		<u>2.098.811</u>	<u>2.488.918</u>	<u>2.845.881</u>	<u>3.370.079</u>
Não circulante					
Aplicações financeiras	6 (b)	-	-	3	3
Estoques	8	-	-	118.497	195.062
Tributos a recuperar	9	-	-	378.543	452.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (c)	-	2.669	-	3.483
Depósitos judiciais		22	22	39.838	29.169
Partes relacionadas	10 (a)	2.749.925	2.518.757	940.565	3.103.386
Outros créditos		-	-	5.920	7.319
		<u>2.749.947</u>	<u>2.521.448</u>	<u>1.483.366</u>	<u>3.791.118</u>
Investimentos	11 (b)	1.215.597	1.460.054	101.481	101.478
Imobilizado	12	1.912	517	4.541.497	4.723.205
Ativos biológicos	13	-	-	2.926.277	3.283.241
Intangível	14	158.533	165.034	392.077	399.078
		<u>4.125.989</u>	<u>4.147.053</u>	<u>9.444.698</u>	<u>12.298.120</u>
Total do ativo		<u><u>6.224.800</u></u>	<u><u>6.635.971</u></u>	<u><u>12.290.579</u></u>	<u><u>15.668.199</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Balço patrimonial em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo e (passivo a descoberto)					
patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		1.348	91.389	402.942	424.303
Empréstimos e financiamentos	15	1.337.569	517.998	5.008.744	3.072.717
Salários e encargos		945	874	85.846	72.719
Tributos a recolher	16 (a)	7.511	163	36.285	21.621
Tributos parcelados	16 (b)	-	-	1.334	1.068
Adiantamentos de clientes		385.548	-	488.388	7.744
Partes relacionadas	10 (a)	125.686	82.208	133.550	187.523
Operações com derivativos	17	-	3.144	1.554	6.455
Outros débitos		-	-	6.196	5.742
		<u>1.858.607</u>	<u>695.776</u>	<u>6.164.839</u>	<u>3.799.892</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	720.768	1.521.950	6.606.442	8.236.634
Tributos parcelados	16 (b)	-	-	5.353	1.187
Adiantamentos de clientes		784.673	641.600	967.457	917.231
Partes relacionadas	10 (a)	1.685.282	2.085.490	73.051	2.204.446
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (c)	1.154	-	1.213	-
Provisão para contingências	25 (a)	-	-	13.922	7.526
Provisão para perdas em investimentos	11 (c)	2.728.827	1.301.541	-	-
Outros débitos		-	-	12.819	188.381
		<u>5.920.704</u>	<u>5.550.581</u>	<u>7.680.257</u>	<u>11.555.405</u>
Total do passivo (Passivo a descoberto) patrimônio líquido		<u>7.779.311</u>	<u>6.246.357</u>	<u>13.845.096</u>	<u>15.355.297</u>
Capital social	20 (a)	3.973.919	3.204.815	3.973.919	3.204.815
Reserva de capital		301.472	301.472	301.472	301.472
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	769.104	-	769.104
Ajuste de avaliação patrimonial		(517.244)	(443.555)	(517.244)	(443.555)
Prejuízos acumulados		<u>(5.312.658)</u>	<u>(3.442.222)</u>	<u>(5.312.658)</u>	<u>(3.442.222)</u>
		<u>(1.554.511)</u>	<u>389.614</u>	<u>(1.554.511)</u>	<u>389.614</u>
Participação dos não controladores		-	-	(6)	(76.712)
Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido		<u>(1.554.511)</u>	<u>389.614</u>	<u>(1.554.511)</u>	<u>312.902</u>
Total do passivo e do (passivo a descoberto) patrimônio líquido		<u>6.224.800</u>	<u>6.635.971</u>	<u>12.290.579</u>	<u>15.668.199</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida	21	823	138.693	3.677.616	2.531.579
Valor justo dos ativos biológicos	13	-	-	-	563.274
Custo dos produtos vendidos	22	-	(111.822)	(3.524.276)	(2.877.244)
Lucro bruto		823	26.871	153.340	217.609
Despesas com vendas	22	-	-	(12.108)	(9.991)
Despesas administrativas, e gerais	22	(14.823)	(23.105)	(316.714)	(347.162)
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		320	40.645	(5.658)	42.681
(Prejuízo) lucro operacional antes das participações societárias		(13.680)	44.411	(181.140)	(96.863)
Resultado de participações societárias	11	(1.658.321)	(1.007.298)	-	-
Receitas financeiras	23	404.507	323.198	761.552	555.295
Despesas financeiras	23	(522.245)	(333.600)	(2.371.989)	(1.483.494)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.789.739)	(973.289)	(1.791.577)	(1.025.062)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (d)	(1.660)	(185)	(2.151)	862
Prejuízo do exercício		(1.791.399)	(973.474)	(1.793.728)	(1.024.200)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(1.791.399)	(973.474)
Participação dos não controladores				(2.329)	(50.726)
				<u>(1.793.728)</u>	<u>(1.024.200)</u>
Prejuízo diluído por ação – em Reais	20 (e)			<u>(0,660)</u>	<u>(0,384)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício		(1.791.399)	(973.474)	(1.793.728)	(1.024.200)
Outros resultados abrangentes:					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa					
<i>Hedge</i> de exportação - variação cambial	4.1 (a.i)	(78.631)	(401.662)	(78.631)	(401.662)
<i>Hedge</i> de taxa de juros e futuros de mercadorias		4.942	(5.023)	4.942	(5.023)
		<u>(73.689)</u>	<u>(406.685)</u>	<u>(73.689)</u>	<u>(406.685)</u>
Total do resultado abrangente		<u>(1.865.088)</u>	<u>(1.380.159)</u>	<u>(1.867.417)</u>	<u>(1.430.885)</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(1.865.088)	(1.380.159)
Participação dos não controladores				<u>(2.329)</u>	<u>(50.726)</u>
				<u>(1.867.417)</u>	<u>(1.430.885)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
 Em milhares de reais

						Atribuível aos acionistas controladores			
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Adiantamentos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participação dos não controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u>
Saldos em 31 de março de 2014		3.054.815	301.472	4.622	150.000	(2.440.780)	1.070.129	(43.382)	1.026.747
Aumento de capital	20(a)	150.000	-	-	(150.000)	-	-	-	-
Resultado abrangente:									
<i>Hedge</i> de exportação – variação cambial		-	-	(401.662)	-	-	(401.662)	-	(401.662)
<i>Hedge</i> de taxa de juros e futuros de mercadorias		-	-	(5.023)	-	-	(5.023)	-	(5.023)
Ágio na transação de capital		-	-	(41.492)	-	-	(41.492)	(10.508)	(52.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	769.104	-	769.104	-	769.104
Perda de participação em controladas, líquida		-	-	-	-	(27.968)	(27.968)	27.904	(64)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(973.474)	(973.474)	(50.726)	(1.024.200)
Saldos em 31 de março de 2015		<u>3.204.815</u>	<u>301.472</u>	<u>(443.555)</u>	<u>769.104</u>	<u>(3.442.222)</u>	<u>389.614</u>	<u>(76.712)</u>	<u>312.902</u>
Aumento de capital	20(a)	769.104	-	-	(769.104)	-	-	-	-
Resultado abrangente:									
<i>Hedge</i> de exportação – variação cambial		-	-	(78.631)	-	-	(78.631)	-	(78.631)
<i>Hedge</i> de taxa de juros e futuros de mercadorias		-	-	4.942	-	-	4.942	-	4.942
Perda de participação em controladas, líquida		-	-	-	-	(79.037)	(79.037)	79.035	(2)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.791.399)	(1.791.399)	(2.329)	(1.793.728)
Saldos em 31 de março de 2016		<u>3.973.919</u>	<u>301.472</u>	<u>(517.244)</u>	<u>-</u>	<u>(5.312.658)</u>	<u>(1.554.511)</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.554.517)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.789.739)	(973.289)	(1.791.577)	(1.025.062)
Ajustes				
Ajuste a valor de mercado, líquido	(149)	-	(86)	568
Ajuste a valor presente	-	-	797	(8.362)
Depreciação e amortização (inclui colheita de ativos biológicos)	6.602	8.142	1.333.077	1.050.877
Valor justo sobre investimentos	-	(40.625)	-	(59.086)
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	174.650	405.884	1.184.522	1.565.360
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	(563.274)
Resultado de participações societárias	1.658.321	1.007.298	(3)	-
Provisões diversas	-	-	14.504	7.616
Provisão para ajuste a valor de mercado do produto agrícola	-	-	(6.739)	3.042
Provisão para ajuste a valor de mercado dos estoques	-	197	(3.278)	(624)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	34	10.987	7.181	27.074
Baixa do ativo intangível	-	-	-	21
	<u>49.719</u>	<u>418.594</u>	<u>738.398</u>	<u>998.150</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	5.620	16.241	2.054	37.127
Estoques	-	3.300	174.280	63.683
Tributos a recuperar	(3.683)	(1.726)	(22.992)	(119.892)
Operações com derivativos, líquidos	3.862	(5.912)	2.488	(6.402)
Depósitos judiciais	-	-	(10.669)	(14.299)
Outros créditos	8.140	(1.039)	(24.740)	8.263
Fornecedores	(90.041)	42.315	(21.361)	74.621
Salários e encargos	71	448	13.127	(2.036)
Tributos a recolher	7.348	(523)	14.664	(17.813)
Tributos parcelados	-	-	4.432	(909)
Provisão para contingências	-	-	(6.910)	(6.340)
Adiantamento de clientes	528.621	627.617	530.870	734.992
Outros débitos	(20.805)	(6.472)	(19.079)	99.536
	<u>488.852</u>	<u>1.092.843</u>	<u>1.374.562</u>	<u>1.848.681</u>
Caixa gerado pelas operações				
Juros pagos	(257.483)	(387.958)	(1.114.379)	(1.239.324)
	<u>(257.483)</u>	<u>(387.958)</u>	<u>(1.114.379)</u>	<u>(1.239.324)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - a transportar	<u>231.369</u>	<u>704.885</u>	<u>260.183</u>	<u>609.357</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de março**

Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - de transporte	<u>231.369</u>	<u>704.885</u>	<u>260.183</u>	<u>609.357</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de participação adicional junto a não controladores	-	(52.000)	-	(52.000)
Aplicações financeiras	66.060	34.496	64.058	33.223
Empréstimos (concedidos a) captados com controladas	(919.452)	1.424.437	(80.001)	(393.756)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(535.251)	-	-
Aumento de investimento	-	(561.525)	-	-
Valor recebido pela venda dos ativos de cogeração de energia	-	-	93.677	46.393
Aquisições de imobilizado	(1.529)	(211)	(311.057)	(575.946)
Aquisições de intangível	-	(11.208)	(1.564)	(12.039)
Plantio e tratos culturais de ativos biológicos	-	-	(761.142)	(891.370)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	<u>(854.921)</u>	<u>298.738</u>	<u>(996.029)</u>	<u>(1.845.495)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	351.500	3.165.371	2.690.520	7.431.341
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	(373.720)	(4.301.934)	(2.773.010)	(6.466.210)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	769.104	-	769.104
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(22.220)</u>	<u>(367.459)</u>	<u>(82.490)</u>	<u>1.734.235</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(645.772)</u>	<u>636.164</u>	<u>(818.336)</u>	<u>498.097</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>648.347</u>	<u>12.183</u>	<u>927.609</u>	<u>429.512</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.575</u>	<u>648.347</u>	<u>109.273</u>	<u>927.609</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

- (a) A Odebrecht Agroindustrial Participações S.A (“ODB Par” ou “Companhia”) é parte do conjunto de empresas controladas pela Organização Odebrecht (“ODB”) no setor de bioenergia a partir da cana-de-açúcar e tem como atividade preponderante a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar com suas atividades no país ou no exterior diretamente ou através de suas subsidiárias operacionais.
- (b) A ODB Par, por intermédio de suas controladas diretas possui 9 unidades operacionais nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Suas controladas tem capacidade de moagem instalada de 36,8 milhões de toneladas de cana ano, tendo sido processadas 29,3 milhões na safra 15/16 (23,8 milhões na safra 14/15).
- (c) Desde 2007, houve destinação de recursos para aquisições de empresas e construções de unidades operacionais controladas diretamente pela Companhia. Paralelamente, quebras de safra decorrentes de fatores climáticos desfavoráveis, ocorridas nos últimos anos, e a ausência histórica de uma política governamental concreta para os preços dos combustíveis, ocasionaram impacto significativo nas margens dos produtos e, principalmente, no fluxo de caixa. Como consequência dos fatores citados anteriormente, há um desequilíbrio no capital circulante líquido da Companhia e suas controladas que, em 31 de março de 2016, apresentam excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, consolidados, no montante de R\$ 3.318.958. No final da safra 15/16, no intuito de manter a continuidade operacional, a Companhia e suas controladas firmaram Instrumento Particular de Acordo de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo”) em 30 de junho de 2016, com o objetivo de equalizar os prazos dos financiamentos com a capacidade de geração de caixa. Conforme demonstrado na Nota 27, a reestruturação possibilita o equilíbrio no capital circulante líquido da Companhia e suas controladas, sendo importante ressaltar que a gestão do caixa é realizada de forma centralizada pelo Grupo ODB Agro. Caso os efeitos tivessem sido refletidos no encerramento da safra 15/16 haveria excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes no montante de R\$ 2.465.495, ou seja, uma situação completamente diferente da observada em 31 de março de 2016. Adicionalmente, dentre as ações implementadas pela Companhia e suas controladas e situações que impactaram diretamente o setor destacam-se:
- (i) redução do nível de investimentos, priorizando a seletividade do plantio com foco nas áreas de renovação, privilegiando ganhos de produtividade, já como resultado da evolução dos processos agrícolas, mudança do mix de plantio com participação prioritária de cana de 18 meses, utilização de novos implementos/equipamentos que possibilitam o aumento do rendimento médio das colhedoras e aceleração da curva de aprendizado; (ii) desenvolvimento de programa de parceria com fornecedores com a finalidade de diminuir o volume de cana própria e, conseqüentemente, além de propiciar a sustentabilidade financeira dos fornecedores, reduzir o volume de investimentos na formação e manutenção da lavoura; (iii) redução do volume de investimentos industriais, uma vez que as últimas usinas entraram em operação no final de 2011 e a expansão da Unidade de Eldorado, com ampliação da capacidade de moagem de 2,1 para 3,5 milhões de toneladas de cana, foi concluída em julho de 2015; (iv) redução de custos agrícolas e otimização de rotas para corte, carregamento e transporte de cana; (v) diluição dos custos fixos por meio de maior eficiência e aproveitamento dos times agrícolas que possibilitou, inclusive, o atingimento do recorde de moagem em 8 usinas controladas diretamente pela Companhia na safra 15/16; (vi) aumento dos preços da gasolina, além do retorno da CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Em janeiro de 2015, o Governo anunciou a volta parcial da CIDE e o aumento do PIS e da Cofins sobre a Gasolina, com a aplicação de R\$ 0,10 e R\$ 0,12, por litro, respectivamente, o que trouxe um impacto importante para o preço do combustível e, por

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consequência, impacto nos preços de Etanol. Adicionalmente, em setembro de 2015 houve aumento de 6% no preço da Gasolina nas refinarias. Essa correção, somado ao comportamento do preço do petróleo internacional, impulsionou a curva de preços do etanol hidratado a partir do mês de setembro/15; (vii) aumento da mistura do etanol anidro à gasolina de 25% para 27%, o que também fomenta as atividades no setor; (viii) monetização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins no montante aproximado de R\$ 260 milhões nas últimas 2 safras ; (ix) implantação, no 2^a semestre de 2014, do programa estruturado de redução de custos buscando, principalmente, sinergia entre as diversas áreas e operações da organização, com impacto de R\$ 535 milhões entre as safras 13/14 e 15/16. Estima-se mais R\$ 200 milhões nas próximas duas safras; (x) entrada de recursos, ocorrida em novembro de 2014, por meio de emissão de debêntures privadas, no montante de R\$ 2 bilhões, subscritas pela Odebrecht Energia Participações S.A. (“OEP”); (xi) capitalização de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 836 milhões em recursos financeiros aportados pela Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. (“ODB INV”), por meio de sua controladora Odebrecht S.A. e R\$ 827 milhões capitalizados diretamente pela ODB INV com créditos mantidos com a Companhia, ocorrida no final da safra 14/15; (xii) estruturação de operações, diretamente com clientes e fornecedores, reduzindo as necessidades de capital de giro, no montante aproximado de R\$ 1,3 bilhão nos últimos 21 meses; (xiii) alongamento do prazo de pagamento da dívida alocadas no curto e longo prazo, ocorrido durante a safra 14/15, com impacto direto no caixa. Todas as ações descritas acima impactaram, direta ou indiretamente, positivamente o fluxo de caixa, possibilitando um equilíbrio maior entre ativos e passivos circulantes. Grande parte das ações realizadas serão mantidas nas próximas safras onde se espera também:

(i) estabelecimento de uma política governamental sólida para os preços dos combustíveis; (ii) aumento da CIDE em R\$ 0,60 por litro de Gasolina na refinaria em complemento aos R\$ 0,10 por litro anunciados em janeiro de 2015, conforme pleito do setor; (iii) concessão de incentivos ao setor, pelo governo federal, por meio de redução da carga tributária e acesso a linhas de financiamento mais acessíveis e com custo mais baixo para investimentos na operação, especialmente para formação e manutenção do canavial; e (iv) melhora da margem bruta em função da diluição da estrutura de gastos fixos dado o aumento gradativo do volume de moagem e do reflexo de todas as ações iniciadas na safra 14/15 e que serão mantidas ao longo das próximas safras. Conforme comentado anteriormente e na referida Nota 27, a Companhia e suas controladas concluíram reestruturação de cerca de 95% de suas dívidas com instituições financeiras, que envolveu também o compromisso de aporte dos acionistas em valor estimado de R\$ 6,2 bilhões, com isso, a estrutura de capital e os fluxos de caixa de curto e longo prazo, tornam-se aderentes às necessidades para sustentação do negócio e dos planos de investimento e crescimento esperados pela Administração.

- (d) A Administração entende que as ações e planos descritos anteriormente são suficientes para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas e para a equalização da situação de capital circulante líquido, observada na safra 15/16, para as próximas safras, bem como possibilitar a manutenção de resultados líquidos positivos no futuro. Caso seja necessário, recorrerá a recursos financeiros provenientes de terceiros ou de seus acionistas para garantir a conclusão desses planos e manutenção de seus investimentos e de suas operações, como já feito nos últimos exercícios.

1.2. Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que também envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências de determinadas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora Odebrecht S.A, bem como mandados de prisão provisória e temporária e

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

condução coercitiva de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht. A Administração da Companhia informa que foram condenados em decisão de primeira instância o ex-presidente da Odebrecht S.A. e outros ex-executivos da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”).

A Administração da Companhia e suas controladas reiteram que nenhum dos seus executivos ou executivos foi indiciado, denunciado ou tampouco condenado por qualquer ilegalidade.

Recentemente foi ajuizada contra a controladora Odebrecht S.A. e a CNO a Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa que trata dos desdobramentos cíveis das apurações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. O Ministério Público Federal requereu a aplicação de sanções, incluindo o pagamento solidário de ressarcimento do dano ao erário público, multa civil e indenização por dano moral coletivo no montante total aproximado de R\$ 7,3 bilhões, a proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e a inclusão do nome da CNO no Cadastro Nacional de Condenados por Improbidade Administrativa. Embora não seja possível determinar, nas atuais circunstâncias, o desfecho final desta Ação de Improbidade, a Administração da CNO e da Odebrecht S.A., com base na avaliação dos seus assessores legais, entende que existem elementos no processo que são passíveis de discussão, inclusive no que se refere a determinadas sanções requeridas e aos valores dos pedidos determinados pelo Ministério Público Federal.

Em 22 de março de 2016, a Organização Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato. Os administradores da Companhia não têm conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Em 30 de maio de 2016, foram propostas, pela Advocacia Geral da União (“AGU”), duas ações civis públicas por ato de improbidade administrativa contra a controladora Odebrecht S.A., as empresas ligadas Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A. e outras empresas não relacionadas ao Grupo Odebrecht, com as quais foram firmados consórcios em determinados contratos de construção. Nas referidas ações, ainda pendentes de julgamento, são requeridos o pagamento solidário de ressarcimento e multas, no montante total de aproximadamente R\$ 12 bilhões, atribuído pela AGU a todas as empresas envolvidas nas ações, além da proibição de contratar com o poder público, entre outras sanções. A Odebrecht S.A. foi incluída no polo passivo sem ter firmado quaisquer dos mencionados contratos com a Petrobras ou participado de qualquer dos referidos consórcios. A Odebrecht S.A. e suas controladas ainda não foram citadas nestes processos.

A Administração do Grupo Odebrecht continua tomando diversas medidas visando o robustecimento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de continuar a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos com as empresas que estão sendo investigadas na Operação Lava Jato, inclusive com o apoio de terceiros, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas brasileiras e internacionais de governança.

Embora até a presente data a Companhia e suas controladas (i) não tenham sido notificadas como objeto de investigação, (ii) nunca tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenham tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e não haja como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, até o momento a administração não tem conhecimento de nenhuma situação que possa afetar significativamente a Companhia e suas controladas.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08 de julho de 2016.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância com às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Em relação ao ano anterior, algumas reclassificações foram realizadas no balanço patrimonial, na rubrica de “Empréstimos e financiamentos” para a rubrica de “Partes relacionadas” no montante de R\$ 2.204.446, com o objetivo de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras, sem, no entanto, alterar os saldos dos grupos e do ativo e passivo total.

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

Considerando o pressuposto da continuidade, uma vez que todas as ações foram tomadas pela Companhia para garantir essa situação, conforme descrito nas Notas 1.1 e 27, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conjuntamente, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Adicionalmente, o IASB emitiu alterações na IAS 16 – Imobilizado e IAS 41 – Agricultura, refletindo diretamente no CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. A principal alteração, se deu na mensuração a valor justo de ativos biológicos de produção (BBA - *Bearer Biological Assets*), ou plantas portadoras, representadas pelas soqueiras da cana-de-açúcar. Estas, por sua vez, estão fora do escopo do IAS 41 e devem ser contabilizadas de acordo com o IAS 16, ou seja, custo menos exaustão acumulada e eventualmente perdas por *impairment*. O ativo biológico consumível, como cana em pé e frutos, até que sejam colhidos, devem ser mensurados ao valor justo e continuam no escopo do IAS 41.

A Companhia está avaliando a adoção desse pronunciamento e os impactos nas suas demonstrações financeiras, onde espera-se uma reclassificação entre os saldos de Ativos Biológicos e Ativo Imobilizado a partir de 1º de abril de 2016. Os efeitos desta alteração serão divulgados no próximo exercício social.

2.3 Consolidação

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui diretamente, o poder de governança nas políticas financeiras e operacionais com objetivo de auferir benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto são levados em consideração na determinação do controle, nos casos aplicáveis. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de contabilização da aquisição para registrar as combinações de negócios. Os saldos dos ativos e passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são transferidos para a aquisição de uma controlada a valor justo. Os saldos transferidos incluem o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não controladores, que é determinada em cada aquisição realizada, é reconhecida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação desses não controladores no valor justo de ativos líquidos, conforme a respectiva combinação de negócios.

O excesso dos ativos e passivos transferidos e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na empresa adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia ou de suas controladas no grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que se atribui valor justo aos acionistas não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na empresa adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia ou suas controladas e dos não controladores. Quando os ativos e passivos transferidos de valor menor que o valor justo dos ativos líquidos da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações com e entre as empresas controladas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

(ii) Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas em 31 de março:

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	Sede (País/UF)	2016	2015
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	Brasil	100,00%	100,00%
Centro Sul Transportadora Dutoviária Ltda. ("Centro Sul")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA") (i)	Brasil/SP	100,00%	99,99%
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")	IVB	100,00%	100,00%
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro") (ii)	Brasil/GO	99,99%	84,25%
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	Brasil/SP	100,00%	100,00%

(i) Variação decorrente de aquisição de participação residual dos acionistas não controladores em 23 de dezembro de 2015;

(ii) Aumento no percentual de participação decorrente de capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizado em maio de 2015.

As principais atividades das controladas são como segue:

DASA , Eldorado e UCP: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar.

Pontal: tem por objeto social o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar VHP, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, podendo ainda participar em outras empresas. Atualmente encontra-se em fase não operacional.

Rio Claro, Santa Luzia e Brenco: tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol.

ODB Int.: *Off shore* localizada nas Ilhas Virgens Britânicas ("IVB"), que tem como atividade principal a revenda de açúcar e etanol das controladas operacionais da Companhia no mercado externo.

Centro Sul: tem por objeto social a prestação de serviço de transporte de combustíveis, incluindo, mas não se limitando, álcoois e derivados de petróleo, tais como gasolina e diesel, por meio de poliduto. Atualmente encontra-se em fase não operacional.

(b) Operação pós venda dos ativos de cogeração de energia

No final da safra 13/14, os ativos de cogeração de energia elétrica de todas as controladas diretas ("Usinas") da Companhia foram alienados às Sociedades de Propósito Específico -("SPE's") de energia controladas pela Odebrecht Energia Renovável S.A. ("OER"). A operação envolveu, além do contrato de compra e venda entre as partes, a assinatura de outros dois instrumentos: (i) Acordo Operacional de Consórcio (o "Acordo"); e (ii) Contrato de Operação e Manutenção das Usinas Termoelétricas (UTES) das SPE's (o "Contrato").

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Acordo regula os termos e condições que regem o relacionamento das Consorciadas (Usinas e SPE's), incluindo os direitos, obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.

No âmbito do consórcio, as Usinas contribuem com os insumos em qualidade e quantidade suficientes para a cogeração de Energia Elétrica, em atendimento às características técnicas dos equipamentos de energia e as obrigações assumidas perante o Leilão de Energia Renovável ("LER").

As SPE's, por meio das UTE's, contribuem com os equipamentos de cogeração de energia elétrica, com exclusividade, em favor do consórcio durante toda a vigência do acordo operacional, que vai até o vencimento da outorga concedida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), bem como com os custos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos.

No Acordo, as Usinas tem direito a receber energia suficiente para o consumo próprio, garantindo a execução de suas atividades operacionais, e as SPE's tem direito a comercializar 100% do excedente de energia.

O Acordo Operacional de Consórcio regula ainda particularidades decorrentes do volume de energia elétrica gerada em relação ao plano original pactuado entre as Usinas e as SPE's.

O Contrato estabelece o compromisso comercial das Usinas de executar a operação e realizar as manutenções programadas e não programadas nos equipamentos das UTE's. Em decorrência dessa prestação de serviço as Usinas são remuneradas por valores fixados nos contratos, os quais são anualmente corrigidos pela variação do Índice de Preço do Consumidor Amplo (IPCA).

(c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados a instrumentos designados em operações de *hedge* de fluxo de caixa, quando são incluídas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionadas às operações de *hedge* de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado nas

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

despesas financeiras nas rubricas, “Juros passivos, Variação cambial passiva e Variação monetária passiva”, os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado nas receitas financeiras nas rubricas, “Rendimento com aplicações financeiras”, conforme Nota 23.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

Quando aplicável, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas nas demonstrações de fluxo de caixa. As contas garantidas, quando utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Outros créditos".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados em nenhuma outra categoria e não são derivativos. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso das controladas da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem os Certificados do Tesouro Nacional - CTN. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "ajuste a valor de mercado" (Nota 23).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas avaliam no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas que a Companhia capta em moeda estrangeira através de suas controladas, para financiamento de suas exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no Patrimônio Líquido, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. As controladas diretas não adotam a prática contábil de *hedge accounting*, uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas da Companhia e de suas controladas e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas. Nesse contexto, as demonstrações financeiras individuais das controladas são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis da Companhia (controladora). Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

A Companhia pode designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos de instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 17.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante (Nota 2.18).

Para propósito de *hedge*, as controladas da Companhia, amparam-se nas políticas de Gestão de Riscos de Mercado da organização Odebrecht Agroindustrial classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. As controladas consideram altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme as políticas de *hedge*, periodicamente são realizados testes com o objetivo de comprovar a efetividade das operações.

(a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "*hedgado*". A Companhia e suas controladas só aplicam a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

(b) Hedge de fluxo de caixa

As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *swap* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis, e o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como resultado financeiro do exercício (Nota 23).

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício (Nota 23).

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício (Nota 23).

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos efetuados, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

Os gastos com manutenção e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, se aplicável, quando não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

2.12 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

2.13 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio contabilizado nas controladas antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes das novas práticas contábeis, é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia considera que cada polo industrial (seis ao todo) corresponde à uma UGC, constituída por uma ou duas unidades industriais, que operam de forma coordenada.

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.14 Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar (ativo biológico - Nota 2.15) e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas das controladas. As terras não são depreciadas.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem, substancialmente, aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratamentos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2002, para as controladas diretas DASA e Pontal, e pelo custo histórico para as demais controladas, deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques e apropriados ao custo de produção durante a próxima safra.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.16).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Ativo biológico

Os ativos biológicos compreendem o plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte. Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado no resultado na rubrica “Valor justo dos ativos biológicos”. A partir de 1º de abril de 2016, o critério de contabilização seguirá as orientações da revisão dos pronunciamentos técnicos CPC 29 e CPC 27, conforme descrito na Nota 2.2.

2.16 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

2.17 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

2.19 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes, são calculados com base na legislação vigente, na data do balanço em que a Companhia e suas controladas geram lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas atuais desses impostos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme previsão do art. 75 da Lei nº. 12.973/14, a Companhia e suas controladas optaram pela aplicação antecipada das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º à 70 para o ano-calendário de 2014 (obrigatória a partir de 2015). A referida legislação extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) instaurado pela Lei nº. 11.638/07, regulamentando, em caráter definitivo, os efeitos tributários das normas contábeis incorporadas pela aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Reconhecimento de receita

(a) Venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia no caso do consolidado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.22 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia e suas controladas arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas controladas detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:

(a) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13.

(b) Perda (*impairment*) estimada do ágio e outros ativos

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos ágios e demais ativos (teste de *impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13 (a).

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

(e) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As controladas da Companhia realizam operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes das variações do preço do açúcar internacional, do etanol, da taxa de câmbio e das taxas de juros internacionais.

A atividade de gestão de riscos é regida por uma Política formal de Gestão de Riscos Financeiros devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade do Comitê de Gestão de Riscos, que é composto por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como finanças (inclui área de gestão de riscos), comercial e operações. A Política define todas as características da atividade de gestão de riscos, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez e instrumentos financeiros aprovados para negociação.

O objetivo da Gestão de Riscos é a proteção do fluxo de caixa visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos comerciais e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição operacional.

Para as exposições relativas às operações de commodities agrícolas e taxa de juros, a estratégia se baseia na tomada de posições de instrumentos financeiros derivativos, cujos prazos de vencimento são de 24 meses e até o final do contrato, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos aprovados para gerenciar esses riscos incluem contratos de Opções, Futuros, *Non Deliverable Forward* (NDFs) e *Swaps*. A utilização desses instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e outras metodologias de gestão de risco, como *“Value at Risk”* e *“Cash Flow at Risk”*.

Os contratos derivativos são monitorados e avaliados diariamente e tem sua estratégia ajustada de acordo com as condições de mercado. Os derivativos podem ser utilizados para modificar o retorno das operações conforme julgamento sobre as condições mais adequadas, procurando igualar os direitos advindos das obrigações representadas pelas operações contratadas. A contratação de instrumentos financeiros derivativos visando às modificações do retorno de suas operações é realizada para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. Não são realizadas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação.

Derivativos podem ser designados como *hedge* para aplicação de *Hedge Accounting*. A designação não é obrigatória mas, em geral, as operações com derivativos são designados como *hedge* quando a aplicação de *Hedge Accounting* proporcionar melhorias relevantes na demonstração dos efeitos compensatórios dos derivativos sobre variações dos itens objeto de *hedge*.

Para determinar o valor justo estimado dos derivativos, as controladas utilizam cotações de operações semelhantes ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro bem como metodologias de

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes que não sofrem alterações de critério sem razão relevante. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

As controladas estão expostas à variação cambial relativa a valores a receber resultante de receitas de exportação, dívidas contratadas em moeda estrangeira, custos de produção atrelados ao indicador ATR Consecana e custos com insumos agrícolas indexados ao dólar norte-americano, que são administradas quando necessário e conforme premissas estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros, por meio de estratégia de *hedge* com contratos de (NDFs), e fluxos de pagamentos de dívidas que são protegidos através de contratos de *swaps*. Todas as operações são efetuadas com instituições financeiras de primeira linha.

Para a proteção de seus resultados operacionais, as controladas concluíram, através de modelos estatísticos, que os derivativos contratados são altamente correlacionados com a variação da taxa cambial do real frente ao dólar estadunidense, de forma a fornecer proteção contra as variações de taxa de câmbio que impactam seu fluxo de caixa. As controladas classificam esses derivativos de câmbio como “*Hedge* de Fluxo de Caixa” para efeito de contabilização, apresentando a valor justo no Ativo ou no Passivo e reconhecendo as variações de valor de justo dos *hedges* efetivos no Patrimônio Líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” (AAP) para reconhecimento subsequente ao resultado no mesmo período em que ocorrer o reconhecimento das operações “*hedgeadas*”.

Em 1º de setembro de 2014, as controladas diretas da Companhia designaram passivos financeiros não derivativos para *hedge accounting* de exportação, denominados em dólares norte-americanos, emitidos com partes externas, a nível consolidado, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras também a nível consolidado. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações será compensado com a variação cambial dos passivos financeiros não derivativos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado.

No exercício findo em 31 de março de 2016, os passivos financeiros não derivativos designados como instrumento de cobertura do fluxo das exportações futuras altamente prováveis, totalizaram um efeito negativo no patrimônio líquido da controlada direta de R\$ 78.631.

As controladas reconhecem no resultado financeiro, na rubrica “Porção inefetiva de *hedge accounting*”, a variação de valor justo das operações de *hedge* não consideradas altamente efetivas. A efetividade das operações de *hedges* é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações, que é compensada pela variação do valor justo de mercado dos derivativos.

O valor justo das NDFs é estimado com base no fluxo de caixa descontado das operações.

Em 31 de março de 2016 e 2015, as controladas diretas da Companhia não tiveram resultado de transações de *hedge* de taxa de câmbio na rubrica “Liquidação de termo de câmbio”. Nos exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015, as controladas diretas da Companhia não tiveram resultado operacional de transações de *hedge* de taxa de câmbio, bem como não mantém operações em aberto na data base das demonstrações financeiras ou resultados registrados no patrimônio líquido.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

As controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes resulte em um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em Reais, e da variação do CDI diário, compensado por aplicações em CDB. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita principalmente à flutuação da LIBOR.

Em 31 de março de 2016, as controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de oscilação na taxa de juros de dívidas em moeda estrangeira, através de contratos de *Swap Amortizing*, negociados com instituições financeiras de primeira linha. Tais instrumentos foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa, e, portanto, as variações do valor justo de mercado desses instrumentos são registradas no patrimônio líquido até a data em que os fluxos de caixa (objeto de *hedge*) gerem impacto no resultado. O valor justo das operações, registrado na rubrica “operações com derivativos” no passivo circulante, por vencimento, é como segue:

Nocional (mil)	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo (em milhares de R\$)		
			Até 1 ano	1 até 3 anos	Total
USD 9.091	Libor de 6meses	Pré-fixado 3,92%	951	486	1.437
USD 12.000	Libor de 6meses	Pré-fixado 1,08%	117	-	117
					<u>1.554</u>

Em 31 de março de 2016, as perdas não realizadas com transações de *hedge* de taxa de juros para eventos futuros, mensurados como efetivos e registrados no patrimônio líquido das controladas totalizavam R\$ 1.271 (R\$ 2.400 - 2015). Este saldo é continuamente reconhecido no resultado conforme a dívida é apropriada. No exercício findo em 31 de março de 2016, a apropriação totalizou R\$ 2.460 (R\$ 2.556 - 2015), ambos registrados como despesa financeira na rubrica “Liquidação de *hedge* de taxa de juros, substancialmente *SWAP*” (Nota 23), e o impacto no caixa (pagamento) de suas controladas foi de R\$ 2.460 (R\$ 2.556 - 2015).

Durante o mesmo exercício não houve reconhecimento de perda financeira (R\$ 1 - 2015) na rubrica “Porção inefetiva de *hedge accounting*”. Para contratos de *swap* não designados para *hedge accounting*, a Companhia e suas controladas não obtiveram resultados registrados na rubrica “Perdas nos derivativos não designados para *hedge*” em 2016 e 2015.

Em 31 de março de 2016 e 2015, não haviam contratos de *swap* não designados para *hedge accounting* em aberto.

(iii) Risco de Preços de Açúcar

As controladas estão expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar, é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política vigente de Gestão de Riscos Financeiros a Administração da Companhia e de suas controladas está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas de até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte. A contratação de operações que excedam a 50% da produção prevista para o próximo ano-safra deve ser aprovada obrigatoriamente pelo Conselho de Administração.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Gestão de Riscos acredita que os derivativos utilizados são altamente correlacionados com a variação de preço dos produtos, o que torna os derivativos de Sugar #11 eficazes na compensação das flutuações dos preços do açúcar, de forma a fornecer proteção a quedas de preços no valor de referência de suas receitas. O valor justo dos derivativos de Sugar #11 é estimado com base em informações públicas disponíveis no mercado financeiro.

A maioria dos derivativos de açúcar é classificado como “*Hedge* de fluxo de caixa” para efeito de contabilização. Para as operações assim classificadas, as variações de valor justo dos *hedges* efetivos são registrados no Patrimônio líquido, na rubrica de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, para posterior reconhecimento no resultado no mesmo período em que as operações “*hedgeadas*” são realizadas. A variação de valor justo das operações de *hedge* não consideradas altamente efetivas é reconhecida no resultado financeiro, na rubrica de “Perdas nos derivativos não designados para *hedge*”. A efetividade das operações de *hedge* é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações que é compensada pela variação do valor justo de mercado de derivativos.

No exercício findo em 31 de março de 2016, os instrumentos financeiros derivativos classificados como “*Hedge* de fluxo de caixa” avaliados como efetivos foram contabilizados como despesa, no montante de R\$ 4.073 (receita R\$ 7.930 – 2015) no resultado operacional, na rubrica “(Perda) ganho nas operações de *hedge* pelo embarque” (Nota 21).

Em 31 de março de 2016, as transações designadas como *hedge* de açúcar, em aberto, para vencimentos em exercícios futuros, possuem o valor justo negativo de R\$ 21 (R\$ 3.144 – 2015), tendo como contrapartida perdas não realizadas mensuradas como efetivas e registradas no patrimônio líquido no total de R\$ 2.909 (R\$ 3.450 - 2015).

Adicionalmente, devido a atrasos em embarques designados como objeto de *hedge*, permanecem represados no patrimônio líquido, ganhos de R\$ 1.403 (perdas de R\$ 306 – 2015), mesmo tendo, até 31 de março de 2016, sido liquidados financeiramente. No mesmo exercício não houve reconhecimento de resultado financeiro na rubrica (“Porção inefetiva de *hedge* accounting”).

Para os instrumentos derivativos não designados para *Hedge Accounting*, as controladas da Companhia reconheceram, no exercício findo em 31 de março de 2016, perdas líquidas no montante de R\$ 1.480 (ganho R\$ 9.651 - 2015) com futuros e opções, registrados nas receitas financeiras, na rubrica “Perda nos derivativos não designados para *hedge*, líquidas” (Nota 23).

A composição do valor justo dos contratos em aberto de açúcar em 31 de março de 2016 está apresentada conforme o prazo de impacto financeiro previsto a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Mar/16</u>	<u>Total</u>
Derivativos designados para <i>hedge</i> futuros		
Valor justo dos futuros comprados	99	99

(iv) Risco de Preço de Etanol

As controladas estão expostas à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessário, é feita por meio de contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Comitê de Gestão de Riscos acredita que os derivativos de Etanol são eficazes para a proteção de suas receitas atreladas à flutuação do preço do etanol. São utilizadas fontes públicas no mercado financeiro para a mensuração do valor justo dos derivativos.

Em 31 de março de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos em aberto, bem como não possuíam resultado represado no patrimônio líquido, e não reconheceram resultados referente à transações de *hedge* de preços de etanol no decorrer do exercício.

(b) Risco de crédito

Risco de crédito com contrapartes são gerados por depósitos e ingressos em instrumentos financeiros derivativos com bancos e instituições financeiras. As controladas da Companhia gerem seus riscos de crédito efetuando operações apenas com instituições de primeira linha e que possuem *ratings* fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor* e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração através da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Caso ocorram mudanças de perspectivas quanto ao risco de crédito das instituições financeiras, as operações a serem contratadas ou em andamento deverão ser objeto de aprovação no Comitê de Gestão de Riscos.

Operações realizadas na bolsa de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT (ICE-NY) e na bolsa de mercadorias de São Paulo – BM&F-Bovespa são consideradas como operações cujo risco de contraparte é aceito pelas controladas.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e de suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área financeira. Os detalhes do plano da administração para administrar o risco de liquidez estão descritos na Nota 1.

(d) Análise de sensibilidade

Foram selecionados os três riscos de mercado que mais podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros detidos: a) juros internacionais (Libor); b) preços de *commodities* (*Sugar #11* e Etanol BM&F); c) a taxa de câmbio Dólar-Real.

Para efeito da análise de sensibilidade, as exposições aos riscos de mercado são apresentadas como se fossem variáveis independentes, ou seja, a variação de um risco de mercado não reflete na variação de outro risco de mercado que, a princípio, poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Três cenários foram analisados, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para os instrumentos financeiros, principalmente os derivativos. A Administração entende que o cenário de 31 de março de 2016 pode ser considerado como provável e, na elaboração dos cenários adversos, foi considerado apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e não o impacto global nas suas operações. Dado que a exposição cambial é gerenciada em base líquida,

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efeitos adversos verificados com uma possível alta do Dólar contra o Real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Análise de sensibilidade

	31 de março de 2016			Risco	Cenário	
	Ativo	Passivo	Nocional		25%	50%
Swaps de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa						
Swap de taxa fixa para flutuante	-	1.554	US\$ 21.091	Queda de Libor	1.696	1.837
				Alta do US\$/R\$	1.943	2.332
Futuro de commodity – hedge de fluxo de caixa						
Futuro de <i>sugar</i> #11	99	-	12.447 ton	Alta do <i>sugar</i> #11	532	1.144
	99	1.554				

(e) Componentes de AAP decorrentes de operações de hedge e passivos financeiros

Considerando a participação no Patrimônio Líquido das controladas, os derivativos designados para *Hedge Accounting* geraram saldos finais de AAP, no patrimônio líquido. Esses foram considerados de forma reflexa no patrimônio líquido da controladora, líquidos de impostos.

O resultado da variação cambial dos passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* também geraram saldos finais de AAP. Esses resultados são ajustados nas demonstrações financeiras individuais, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, buscando a uniformidade com as práticas contábeis da Companhia, que utiliza a prática do *hedge accounting* (Nota 2.7).

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015 estão assim apresentados:

	Consolidado	
	2016	2015
Gestão de Capital		
Total dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	10.277.165	10.801.447
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(142.457)	(1.024.765)
Dívida líquida	10.134.708	9.776.682
Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido	(1.554.511)	389.614
Capital total	8.580.197	10.166.296
Índice de alavancagem financeira - %	118,12%	96,17%

O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado			Total
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Mantido até o vencimento	
Em 31 de março de 2016				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Contas a receber de clientes	155.201	-	-	155.201
Aplicações financeiras	33.181	-	3	33.184
Caixa e equivalentes de caixa	109.273	-	-	109.273
Operações com derivativos	-	99	-	99
Outros (i)	2.265.406	-	-	2.265.406
	<u>2.563.061</u>	<u>99</u>	<u>3</u>	<u>2.563.163</u>
Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Mantido até o vencimento	Total	
Em 31 de março de 2015				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Contas a receber de clientes	158.453	-	158.453	
Aplicações financeiras	97.153	3	97.156	
Caixa e equivalentes de caixa	927.609	-	927.609	
Outros (i)	4.179.977	-	4.179.977	
	<u>5.363.192</u>	<u>3</u>	<u>5.363.195</u>	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) São compostos do saldo do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Outros créditos e Partes relacionadas”.

Os saldos das contas do ativo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Estoques, Tributos a recuperar, Imposto de renda e Contribuição social diferidos e Depósitos judiciais” estão excluídos do quadro, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Consolidado		
	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de março de 2016			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Empréstimos e financiamentos	-	11.615.186	11.615.186
Instrumentos financeiros derivativos	1.554	-	1.554
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	-	714.404	714.404
	<u>1.554</u>	<u>12.329.590</u>	<u>12.331.144</u>
Em 31 de março de 2015			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Empréstimos e financiamentos	-	11.309.351	11.309.351
Instrumentos financeiros derivativos	6.455	-	6.455
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii)	-	3.083.114	3.083.114
	<u>6.455</u>	<u>14.392.465</u>	<u>14.398.920</u>

- (ii) São compostos dos saldos das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Fornecedores, Salários e encargos, Outros débitos e Partes relacionadas”.

O saldo das contas do passivo circulante e não circulante registrado nas rubricas “Tributos a recolher, Tributos parcelados, Adiantamento de clientes, Imposto de renda e contribuição social diferidos e Provisão para contingências”, estão excluídos do quadro, uma vez que é exigida somente para instrumentos financeiros.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	2.575	648.347	84.730	754.323
Equivalentes de caixa: no Brasil	-	-	24.543	173.286
	<u>2.575</u>	<u>648.347</u>	<u>109.273</u>	<u>927.609</u>

(b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2016	2015
Mantidas para negociação		
Aplicações em moeda nacional	30.292	92.302
Aplicações em moeda estrangeira	2.892	4.854
	33.184	97.156
Ativo circulante	(33.181)	(97.153)
Ativo não circulante	3	3
Mantidas até o vencimento		
Redutora do passivo não circulante (Nota 15)		
CTN (a)		
	IGPM (b)	
	<u>115.560</u>	<u>92.552</u>

(a) CTN - Certificado do Tesouro Nacional

(b) IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2016	2015
Contas a receber - em Reais		
de clientes	97.740	123.010
de partes relacionadas	10.765	3.951
Menos: perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(2.866)	(1.668)
Contas a receber – em Dólar		
de clientes (2016 – US\$ 3.722 mil e 2015 – US\$ 133 mil)	13.247	426
de partes relacionadas (2016 – US\$ 10.204 mil e 2015 – US\$ 10.204 mil)	<u>36.315</u>	<u>32.734</u>
	<u>155.201</u>	<u>158.453</u>

Os valores a receber possuem vencimentos inferiores a três meses e seu valor justo se aproxima do valor contábil em 31 de março de 2016.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não cederam nenhum título como garantia.

8 Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	<u>166.642</u>	<u>140.327</u>
Adiantamentos a fornecedores		
Cana-de-açúcar (parceria agrícola)	265.235	352.553
Insumos e outros	<u>4.254</u>	<u>5.651</u>
	<u>269.489</u>	<u>358.204</u>
Custos a apropriar do período de entressafra	349.333	330.506
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção	156.380	173.936
Estoques em poder de terceiros	9	297
Estoques de terceiros em nosso poder e empréstimos	<u>-</u>	<u>679</u>
	<u>505.722</u>	<u>505.418</u>
Total	941.853	1.003.949
Ativo circulante	<u>(823.356)</u>	<u>(808.887)</u>
Ativo não circulante - Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar (parceria agrícola)	<u>118.497</u>	<u>195.062</u>

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar incluem adiantamentos relacionados a contratos de parceria agrícola. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da Administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS")	1.904	1.902	510.218	496.126
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	-	53	115.356	115.771
Programa de integração social ("PIS")	414	413	112.345	114.854
Imposto de renda retido na fonte	5.063	1.387	9.301	2.576
Outros tributos a recuperar	1.774	1.717	37.173	32.074
Total	9.155	5.472	784.393	761.401
Ativo circulante	<u>(9.155)</u>	<u>(5.472)</u>	<u>(405.850)</u>	<u>(308.705)</u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>378.543</u>	<u>452.696</u>

Os saldos de COFINS, ICMS e PIS a recuperar são, substancialmente, decorrentes de créditos tomados na aquisição de bens do ativo imobilizado e insumos, realizáveis em até 48 meses, conforme legislação fiscal vigente, e também originados de benefícios fiscais.

Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

A Companhia e suas controladas diretas vem monetizando os créditos acumulados de PIS e COFINS, especialmente após a publicação da Medida Provisória nº 613, de 10 de setembro de 2013, e do Decreto Federal nº 8212, de 21 de março de 2014.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora, controladas e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo ODB Agro como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os principais saldos e operações são como segue:

(a) Saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
No ativo circulante					
Em conta específica:					
Contas a receber de clientes – mercado interno					
Usina Eldorado S.A. (“Eldorado”)	(a)	288	-	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. (“UCP”)	(a)	236	-	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. (“Rio Claro”)	(a)	236	236	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. (“Santa Luzia”)	(a)	236	-	-	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. (“Brenco”)	(a)	231	-	-	-
Pontal Agropecuária S.A. (“Pontal”)	(a)	231	118	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. (“ODB Inv”)	(a)	118	118	118	118
Odebrecht Agroindustrial S.A (“ODB Agro”)	(a)	118	-	120	-
Destilaria Alcídia S.A. (“DASA”)	(b)	-	5.466	-	-
Usina Eldorado S.A. (“Eldorado”)	(b)	-	1.016	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. (“UCP”)	(b)	-	365	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas (“ODB”)	(c)	-	-	10.527	3.833
		<u>1.694</u>	<u>7.319</u>	<u>10.765</u>	<u>3.951</u>
Contas a receber de clientes – mercado externo					
Odebrecht S.A. e suas controladas (“ODB”)	(c)	-	-	36.315	32.734
Estoques - (adiantamento a fornecedores)					
Trondheim Agropecuária Ltda. (“Trondheim”)	(d)	-	-	-	332
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>332</u>
Partes relacionadas					
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. (“ODB Inv”)	(e)	1.085.961	925.237	1.085.961	925.237
Odebrecht Agroindustrial S.A (“ODB Agro”)	(f)	122.351	104.188	122.351	104.188
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. (“Brenco”)	(g)	30.155	102.416	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas (“ODB”)	(c)	2.459	2.359	63.209	5.614
Destilaria Alcídia S.A. (“DASA”)	(g)	-	62.038	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. (“Rio Claro”)	(g)	-	14.812	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. (“ODB Agro”)	(g)	-	12.828	-	12.828
Pontal Agropecuária S.A. (“Pontal”)	(g)	-	1.518	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. (“ODB Inv”)	(g)	-	144	-	144
		<u>1.240.926</u>	<u>1.225.540</u>	<u>1.271.521</u>	<u>1.048.011</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
CPR-F Intercompany					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(h)	514.269	283.470	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(h)	99.150	133.359	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(h)	94.231	86.194	-	-
		<u>707.650</u>	<u>503.023</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Debêntures					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(i)	80.298	1.276	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(i)	17.183	273	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(i)	8.261	131	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(i)	7.600	121	-	-
		<u>113.342</u>	<u>1.801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>2.061.918</u>	<u>1.730.364</u>	<u>1.271.521</u>	<u>1.048.011</u>
No ativo não circulante					
Partes relacionadas:					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(j)	1.103.209	521.246	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(j)	588.187	513.664	-	-
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(j)	540.126	398.137	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(j)	288.375	341.311	288.375	341.311
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(j)	16.421	13.781	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(j)	9.998	9.554	9.998	9.554
Centro Sul Transportadora Dutoviária Ltda. ("Centro Sul")	(j)	5	5	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(j)	-	254.295	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(k)	-	-	642.192	2.752.521
		<u>2.546.321</u>	<u>2.051.993</u>	<u>940.565</u>	<u>3.103.386</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
CPR-F Intercompany					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(h)	17.798	143.897	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(h)	-	36.667	-	-
		<u>17.798</u>	<u>180.564</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Debêntures					
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(i)	131.635	202.760	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(i)	28.169	43.389	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(i)	13.543	20.860	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(i)	12.459	19.191	-	-
		<u>185.806</u>	<u>286.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>2.749.925</u>	<u>2.518.757</u>	<u>940.565</u>	<u>3.103.386</u>
No passivo circulante					
Em conta específica:					
Fornecedores:					
Destilaria Alcidia S.A. ("DASA")	(g)	1.057	-	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	-	56.818	-	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(b)	-	33.753	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")		-	-	56	-
Lamartine Navarro Júnior - Espólio	(d)	-	-	-	190
		<u>1.057</u>	<u>90.571</u>	<u>56</u>	<u>190</u>
Empréstimos e financiamentos					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(l)	-	-	817.659	507.904
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>817.659</u>	<u>507.904</u>
Partes relacionadas					
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(g)	35.295	45.268	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(g)	30.214	29.730	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(g)	22.994	-	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(g)	21.660	7.210	-	-
Destilaria Alcidia S.A. ("DASA")	(g)	12.005	-	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(g)	2.944	-	98.883	186.985
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(g)	331	-	509	538
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")		243	-	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(c)	-	-	34.158	-
		<u>125.686</u>	<u>82.208</u>	<u>133.550</u>	<u>187.523</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
No passivo não circulante					
Em conta específica:					
Adiantamento de clientes					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(c)	-	-	182.784	275.632
			-	182.784	275.632
Empréstimos e financiamentos					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(l)	520.362	-	520.362	-
		520.362	-	520.362	-
Partes Relacionadas					
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(j)	1.448.814	1.647.331	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(j)	155.032	417.534	-	-
Odebrecht Agroindustrial International Corp ("ODB Int.")	(j)	49.349	20.625	-	-
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(j)	32.087	-	-	-
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(m)	-	-	73.051	148.755
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(m)	-	-	-	923.663
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(m)	-	-	-	359.325
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(m)	-	-	-	290.987
Agroenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(m)	-	-	-	245.840
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(m)	-	-	-	235.876
		1.685.282	2.085.490	73.051	2.204.446

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Vendas de mercadorias e serviços					
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	103	-	-	-
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	103	-	-	-
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal")	(a)	103	-	-	-
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	103	-	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	103	-	-	-
Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	103	-	-	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(a)	103	-	-	-
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(a)	103	-	-	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(c)	-	-	(139.239)	112.112
Destilaria Alcídia S.A.	(b)	-	293	-	-
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	-	238	-	-
Compras de mercadorias e serviços					
Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(b)	-	(76.444)	-	-
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(b)	-	(59.089)	-	-
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(b)	-	(4.066)	-	-
Compras de cana-de-açúcar					
Trondheim Agropecuária Ltda. ("Trondheim")	(d)	-	-	-	(2.939)
Lamartine Navarro Júnior -Espólio	(d)	-	-	-	(622)
Alamy Cândido de Paula	(d)	-	-	-	(1.218)
Despesas financeiras					
Odebrecht Agroindustrial S.A	(i)	-	-	(153.573)	(160.396)
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(l)	-	-	(125.791)	(93.033)
Receitas financeiras					
Odebrecht Agroindustrial Investimentos S.A. ("ODB Inv")	(e)	160.904	-	160.904	-
Odebrecht Agroindustrial S.A. ("ODB Agro")	(f)	18.163	-	18.163	-
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(k)	3.251	-	262.984	256.182
Odebrecht Agroindustrial S.A	(i)	-	109.093	-	109.093
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas					
Odebrecht S.A. e suas controladas ("ODB")	(c)	300	-	(17.588)	-

(a) Refere-se a remuneração anual firmada em contrato, à administradora da operação de conta corrente ODB Par e suas controladas, conforme descrito na Nota 10 (j), abaixo.

(b) Refere-se a comissão de fixação de preço de açúcar futuro na bolsa ICE-NY e transações de compra e venda de etanol anidro e etanol hidratado, entre a ODB Par e suas controladas diretas, todas em condições de mercado.

(c) Referem-se as transações comerciais ocorridas entre empresas do grupo Odebrecht S.A.

(d) Em 31 de março de 2015, refere-se a adiantamentos relacionados a contratos de parceria agrícola mantidos com acionistas não controladores da controlada direta DASA. As transações compreendem compra de cana-

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de-açúcar durante a safra 14/15. Durante a safra 15/16 esses acionistas deixaram de ter participação acionária na DASA, conforme Nota 2.3 (a) (ii), não figurando mais como partes relacionadas.

- (e) Refere-se a repasse de recursos junto à ODB Inv.
 - (f) Refere-se a repasse de recursos junto à ODB Agro.
 - (g) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamentos de despesas firmado em 2009 entre a ODB Par, ODB Agro, ODB Inv. e suas controladas, objetivando alocar de forma adequada os referidos gastos em cada uma das empresas beneficiadas.
 - (h) Refere-se a repasse de recursos tomados pela companhia, conforme mencionados na nota Nota 15(n).
 - (i) Refere-se a repasse de recursos tomados pela companhia, conforme mencionados na nota Nota 15(o).
 - (j) Refere-se aos saldos mantidos entre a ODB Par, ODB Agro, ODB Inv. e suas controladas através de contrato de conta corrente e têm o propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é denominada “Caixa Único” e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não incidem encargos financeiros. Vale destacar que a ODB Par, gestora do caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas.
 - (k) Refere-se a créditos decorrentes da venda dos ativos de cogeração de energia elétrica (Nota 2.3 (b)) às SPE's controladas pela OER. Em dezembro de 2015 as Usinas, controladas diretas da Companhia, liquidaram praticamente a totalidade do passivo (principal e juros) de debêntures junto a ODB Agro, utilizando os créditos supra mencionados.
 - (l) Referem-se a transações financeiras entre empresas do grupo Odebrecht S.A.
 - (m) Refere-se a repasse de recursos tomados pela ODB Agro, na modalidade de debêntures, conforme mencionados na nota Nota 15(o)(ii). Em função do descrito no item (k) acima, os saldos foram praticamente liquidados em dezembro de 2015.
- (c) Compromissos assumidos com partes relacionadas**

Relacionados, substancialmente, ao pós venda dos ativos de cogeração de energia, conforme descrito na Nota 2.3 (b).

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos em sociedades controladas

(a) Informações sobre os investimentos

Investimentos					Quantidade de ações ou cotas possuídas		Participação no capital social		(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(Passivo à descoberto) patrimônio líquido	
	2016		2015		2016		2015		2016		2015	
	Ações ON(a)	Ações PN(b)	Cotas	Total	Total	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
(i) Diretos												
Brenco Brasil	26.781.287.666.968	-	-	26.781.287.666.968	16.254.231.968	100,00	100,00	(775.063)	(793.458)	(1.393.193)	(618.130)	
Centro Sul	-	-	6.150.000	6.150.000	6.150.000	100,00	100,00	-	-	3	3	
DASA	13.545.342.465.755	99.360	-	13.545.342.565.115	13.545.342.565.115	100,00	99,99	(91.108)	(158.110)	(386.942)	(303.685)	
Eldorado	681.550.680	-	-	681.550.680	456.892.621	100,00	100,00	(98.493)	86.843	1.088.479	1.186.576	
ODB Agro Bioeletricidade (*)	32.210	-	-	32.210	32.210	100,00	100,00	-	(37)	-	-	
ODB Int.	6.650.000	-	-	6.650.000	6.650.000	100,00	100,00	5.568	(11.286)	(2.132)	(7.699)	
Pontal	61.664.003	34.310	-	61.698.313	61.698.313	100,00	100,00	(1.203)	(6.426)	2.390	3.589	
Rio Claro	3.017.121.713.658	-	-	3.017.121.713.658	142.348.599	99,99	84,25	(112.532)	(234.529)	(569.456)	(456.924)	
Santa Luzia	140.266.522	-	-	140.266.522	140.266.522	100,00	100,00	(110.276)	(77.121)	55.934	166.210	
UCP	20.390.492.700.571	-	-	20.390.492.700.571	92.700.571	100,00	100,00	(412.737)	(265.620)	(381.042)	31.695	

(a) Ações ON - Ações Ordinárias Nominativas

(b) Ações PN -Ações Preferenciais Nominativas

(*) Participação até 23/12/2014, ações vendidas para
 OPI S/A "OPISA", nesta data.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos

						Controladora		Consolidado		
	Eldorado	Santa Luzia	Pontal	UCP	Centro Sul	CTC Centro de Tecnologia Canavieira	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	1.186.579	166.210	3.588	34.883	3	68.791	1.460.054	976.249	101.478	42.392
Ajuste de avaliação patrimonial - Derivativos	393	-	-	-	-	-	393	258	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial – <i>Hedge Accounting</i>	222	(4.687)	-	-	-	-	(4.465)	(195.631)	-	-
Participação no resultado das controladas	(98.715)	(105.589)	(1.198)	-	-	-	(205.502)	(62.041)	-	-
Transferência da provisão de perda de investimento	-	-	-	(34.883)	-	-	(34.883)	(3.587)	-	-
Aumento de capital	377.424	-	-	-	-	-	377.424	395.902	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(377.424)	-	-	-	-	-	(377.424)	-	-	-
Aquisição de participação adicional junto a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	10.508	-	-
Investimento em outras sociedades	-	-	-	-	-	-	-	40.625	3	59.086
Saldo de investimentos	1.088.479	55.934	2.390	-	3	68.791	1.215.597	1.162.283	101.481	101.478
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	297.771	-	-
Saldo final de investimentos	1.088.479	55.934	2.390	-	3	68.791	1.215.597	1.460.054	101.481	101.478

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação de provisão para perda em investimentos

						Controladora	
	DASA	Rio Claro	Brenco	ODB International	UCP	2016	2015
Saldo inicial de investimentos	(296.242)	(379.471)	(618.129)	(7.699)	-	(1.301.541)	(529.559)
Ajuste de avaliação patrimonial - derivativos	351	-	-	-	-	351	261
Ajuste de avaliação patrimonial – <i>Hedge Accounting</i>	28.512	(8.027)	(33.048)	-	81.899	69.336	(206.031)
Participação no resultado das controladas	(119.561)	(102.174)	(742.016)	5.567	(494.635)	(1.452.819)	(945.257)
Transferência de investimentos	-	-	-	-	34.883	34.883	3.587
Aumento de capital	-	30.170	267.650	-	203.904	501.724	165.623
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(30.170)	(267.650)	-	(203.904)	(501.724)	-
Ganho e perda de participação em controladas	(2)	(79.035)	-	-	-	(79.037)	(27.968)
Venda de participação	-	-	-	-	-	-	322
Saldo de provisão para perda em investimentos	(386.942)	(568.707)	(1.393.193)	(2.132)	(377.853)	(2.728.827)	(1.539.022)
Adiantamento para futuro aumento de capital							237.481
Saldo final de provisão para perda em investimentos	(386.942)	(568.707)	(1.393.193)	(2.132)	(377.853)	(2.728.827)	(1.301.541)

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

(a) Composição

	Consolidado				%
			2016	2015	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos e instalações industriais	2.930.527	(744.102)	2.186.425	2.001.637	10,42
Edifícios e benfeitorias	1.762.641	(212.895)	1.549.746	1.312.015	5,46
Máquinas e equipamentos agrícolas	710.070	(347.086)	362.984	382.648	8,95
Benfeitorias em imóveis de terceiros	248.658	(57.795)	190.863	184.697	7,71
Terras	83.662	-	83.662	83.662	
Veículos	152.452	(85.563)	66.889	79.163	9,25
Móveis e utensílios	73.889	(34.500)	39.389	38.480	9,53
Equipamentos de informática	21.652	(12.816)	8.836	8.102	13,50
Construções em andamento (i)	41.480	-	41.480	571.039	
Adiantamentos a fornecedores (ii)	11.222	-	11.222	61.762	
	<u>6.036.253</u>	<u>(1.494.757)</u>	<u>4.541.496</u>	<u>4.723.205</u>	

- (i) Na safra 15/16, referem-se principalmente as obras de construção e montagem executadas nas áreas administrativas, agrícolas e industriais das controladas diretas da Companhia, adequação as normas regulamentadoras, expansões para plena capacidade de moagem, aquisições de equipamentos agrícolas, desidratadoras, ampliações das fertirrigações (adutoras de vinhaça), irrigações e afins.
- (ii) Os adiantamentos a fornecedores referem-se, principalmente, a contratos mantidos com empresas fornecedoras dos equipamentos necessários as montagens e ampliações mencionadas no item acima.

Em maio de 2015 foi concluída a expansão industrial da controlada direta Usina Eldorado. Desta forma, houve a reclassificação dos valores alocados em “Construções em andamento” e “Adiantamentos a fornecedores” para as demais rubricas pertencentes ao grupo do ativo imobilizado, em especial “Equipamentos e instalações industriais” e “Edifícios e benfeitorias”.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do imobilizado

	2015	Adições	Baixas (*)	Transferências	Depreciação	2016
Equipamentos e instalações industriais	2.001.637	44.133	(248)	300.049	(159.146)	2.186.425
Edifícios e benfeitorias	1.312.015	1.139	(6.921)	287.658	(44.145)	1.549.746
Máquinas e equipamentos agrícolas	382.648	44.906	(614)	405	(64.361)	362.984
Benfeitorias em imóveis de terceiros	184.697	-	-	24.431	(18.265)	190.863
Terras	83.662	-	-	-	-	83.662
Veículos	79.163	83	(125)	1.036	(13.268)	66.889
Construções em andamento (*)	571.039	184.222	(177.000)	(536.781)	-	41.480
Móveis e utensílios	38.480	2.549	(48)	4.279	(5.871)	39.389
Equipamentos de informática	8.102	247	(1)	3.007	(2.519)	8.836
Adiantamentos a fornecedores	61.762	33.778	(233)	(84.084)	-	11.223
	<u>4.723.205</u>	<u>311.057</u>	<u>(185.190)</u>	<u>-</u>	<u>(307.575)</u>	<u>4.541.497</u>
	2014	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2015
Equipamentos e instalações industriais	2.006.840	15.704	(2.312)	113.720	(132.315)	2.001.637
Edifícios e benfeitorias	1.271.471	304	(329)	80.569	(40.000)	1.312.015
Construções em andamento	404.343	490.157	(12.115)	(311.346)	-	571.039
Máquinas e equipamentos agrícolas	341.568	28.294	(2.864)	83.275	(67.625)	382.648
Benfeitorias em imóveis de terceiros	152.950	-	(1.371)	47.932	(14.814)	184.697
Terras	91.678	-	(7.746)	(270)	-	83.662
Veículos	78.150	8.024	(222)	6.308	(13.097)	79.163
Móveis e utensílios	45.003	976	(104)	(1.617)	(5.778)	38.480
Equipamentos de informática	6.475	789	(11)	3.009	(2.160)	8.102
Adiantamentos a fornecedores	51.644	31.698	-	(21.580)	-	61.762
	<u>4.450.122</u>	<u>575.946</u>	<u>(27.074)</u>	<u>-</u>	<u>(275.789)</u>	<u>4.723.205</u>

(*) Na safra 15/16, a controlada direta Usina Eldorado concluiu sua expansão industrial que incluiu o processo de cogeração de energia elétrica. Esses ativos de cogeração foram vendidos à SPE Rio Brilhante, que tem como controladora a OER, originando uma baixa de R\$ 177 milhões na rubrica “Construções em andamento”.

(c) Outras informações

Itens do ativo imobilizado estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Ativo biológico

Em 31 de março de 2016, as controladas diretas da Companhia possuíam aproximadamente 373.000 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, as quais foram mensuradas pelo seu valor justo em função de já estarem formadas e prontas para a colheita.

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após doze ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana soca cresce novamente. O ciclo tem, em média, cinco anos (safras).

As lavouras plantadas, porém ainda não formadas e prontas para o primeiro corte, são classificadas no grupo do ativo biológico como lavoura em formação e não integram a base para o cálculo do valor justo, sendo registradas pelo custo acumulado de preparo, plantio e tratos culturais da cana planta, que se aproxima do valor justo.

Em 31 de março de 2016, as controladas diretas da Companhia possuíam aproximadamente 11.000 hectares de lavouras ainda em formação (estágio de preparo de solo, plantio ou trato-cana planta).

(a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras formadas de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- (i) Entradas de caixa obtidas através de cálculos que consideram: (i) produtividade futura da cana-de-açúcar, durante seu ciclo estimado de vida, que usualmente é de 5 anos (safras), medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar total recuperável (“ATR”)) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e
- (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais da cana soca); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado em cada ano, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo não circulante tendo como contra partida “Valor justo dos ativos biológicos” na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar e proporcionalmente a produtividade esperada nas safras.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

				Consolidado
			2016	2015
	Custo	Baixa por colheita acumulada	Líquido	Líquido
Lavoura de cana- de- açúcar	4.649.593	(2.267.844)	2.381.749	2.478.532
Lavoura em formação (i)	73.256	-	73.256	140.956
Variação no valor justo	<u>915.466</u>	<u>(444.194)</u>	<u>471.272</u>	<u>663.753</u>
	<u>5.638.315</u>	<u>(2.712.038)</u>	<u>2.926.277</u>	<u>3.283.241</u>

(c) Movimentação do ativo biológico

	2015	Adições	Transferência	Amortização	2016
Lavoura de cana-de-açúcar	2.478.532	363.070	465.772	(925.625)	2.381.749
Lavoura em formação (i)	140.956	398.072	(465.772)	-	73.256
Variação no valor justo	<u>663.753</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(192.481)</u>	<u>471.272</u>
	<u>3.283.241</u>	<u>761.142</u>	<u>-</u>	<u>(1.118.106)</u>	<u>2.926.277</u>

	2014	Adições	Trans-ferência	Amor-tização	Baixas por reforma (Resultado)	2015
Lavoura de cana-de-açúcar	2.102.125	364.221	815.882	(800.004)	(3.692)	2.478.532
Lavoura em formação (i)	429.689	527.149	(815.882)	-	-	140.956
Variação no valor justo	<u>146.046</u>	<u>563.274</u>	<u>-</u>	<u>(45.513)</u>	<u>(54)</u>	<u>663.753</u>
	<u>2.677.860</u>	<u>1.454.644</u>	<u>-</u>	<u>(845.517)</u>	<u>(3.746)</u>	<u>3.283.241</u>

- (i) As lavouras em formação, devido a sua pouca transformação biológica, são mensuradas pelo custo de formação que se aproxima de seu valor justo.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

(a) Composição

	Controladora				%
	2016		2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio sobre investimentos	117.286		117.286	117.286	
Direito de uso:					
Software	63.719	(22.472)	41.247	47.748	15,98
	<u>181.005</u>	<u>(22.472)</u>	<u>158.533</u>	<u>165.034</u>	

	Consolidado				%
	2016		2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio sobre investimentos	288.284	-	288.284	288.284	
Ativo fiscal	58.081	-	58.081	58.081	
Direito de uso:					
Software em desenvolvimento	-	-	-	113	
Software	80.820	(35.992)	44.828	51.358	15,98
Licenças ambientais	4.782	(3.898)	884	1.242	14,36
	<u>431.967</u>	<u>(39.890)</u>	<u>392.077</u>	<u>399.078</u>	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do intangível - consolidado

	<u>2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferên- cias</u>	<u>2016</u>
Ágio sobre investimentos (i)					
Eldorado	135.698	-	-	-	135.698
DASA	83.452	-	-	-	83.452
UCP	26.084	-	-	-	26.084
Pontal	21.954	-	-	-	21.954
Rio Claro	7.749	-	-	-	7.749
Central Energética Água					
Emendada	9.546	-	-	-	9.546
Santa Luzia	3.801	-	-	-	3.801
	<u>288.284</u>				<u>288.284</u>
Ativo fiscal (ii)					
DASA	40.651	-	-	-	40.651
UCP	13.437	-	-	-	13.437
Rio Claro	3.993	-	-	-	3.993
	<u>58.081</u>				<u>58.081</u>
Direito de uso:					
Software em desenvolvimento	113	-	(43)	(70)	-
Software	51.358	1.182	(7.782)	70	44.828
Licenças ambientais	1.242	382	(740)	-	884
	<u>52.713</u>	<u>1.564</u>	<u>(8.565)</u>	<u>-</u>	<u>45.712</u>
	<u>399.078</u>	<u>1.564</u>	<u>(8.565)</u>	<u>-</u>	<u>392.077</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	2015
Ágio sobre investimentos (i)						
Eldorado	135.698	-	-	-	-	135.698
DASA	83.452	-	-	-	-	83.452
UCP	26.084	-	-	-	-	26.084
Pontal	26.597	-	(4.643)	-	-	21.954
Rio Claro	7.749	-	-	-	-	7.749
Central Energética Água						
Emendada	9.546	-	-	-	-	9.546
Santa Luzia	3.801	-	-	-	-	3.801
	<u>292.927</u>	<u>-</u>	<u>(4.643)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>288.284</u>
Ativo fiscal (ii)						
DASA	40.651	-	-	-	-	40.651
UCP	13.437	-	-	-	-	13.437
Rio Claro	3.993	-	-	-	-	3.993
	<u>58.081</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.081</u>
Direito de uso:						
Software em desenvolvimento	41.647	309	-	-	(41.843)	113
Software (iii)	7.055	11.680	(9.199)	(21)	41.843	51.358
Licenças ambientais	1.422	50	(230)	-	-	1.242
	<u>50.124</u>	<u>12.039</u>	<u>(9.429)</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>52.713</u>
	<u>401.132</u>	<u>12.039</u>	<u>(14.072)</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>399.078</u>

- (i) Os ágios provenientes de investimentos consolidados apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente, conforme mencionado na Nota 2.13 (a).
- (ii) Ativo fiscal refere-se a parcela de benefício econômico do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura apurado quando da aquisição das companhias por sua ex-controladora ODB Par. Posteriormente, as companhias incorporaram de forma reversa parcela do acervo líquido da ODB Par., mantendo em seus ativos apenas a parcela passível de aproveitamento fiscal.
- (iii) Na Safra 14/15, refere-se substancialmente aos gastos incorridos para implementação do software (ERP) para todas as empresas da organização Odebrecht Agroindustrial.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Nota	Média dos encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Vencimentos
			2016	2015	2016	2015	
Moeda nacional							
Finem:							
	(a)	Linhas a TJLP e linhas a TJLP + juros de 3,79%	-	-	3.204.655	3.099.714	
		UMBNDDES + encargos da cesta de moedas + juros de 4,27%	-	-	644.379	632.739	2021 à 2029
		CDI_anual a 120,00%	-	-	84.900	268.354	
(-) Custo de transação	(t)		-	-	(31.153)	(33.668)	
			-	-	3.902.781	3.967.139	
Linhas de crédito:							
CCE - Cédulo de crédito de exportações	(b)	Juros de 123,00% do CDI	-	-	1.363.542	1.340.000	2022
Crédito Agroindustrial	(c)	Juros de 109,50% do CDI e outras linhas a 109,50% do CDI	649.292	-	976.557	991.708	2016 a 2018
NCE - Nota de crédito à exportação	(d)	Juros de 117,48% do CDI	-	-	832.189	960.498	2016 à 2022
Partes relacionadas	10 (a)	Juros de 125,00% do CDI	-	649.654	817.659	507.904	2016
Linha de crédito - capital de giro	(e)	linhas a Juros de 126,40% do CDI	42.518	-	579.397	217.789	2016
Capital de giro sindicalizado	(f)	TJLP + juros de 5,00%	-	-	289.771	300.079	2018
Finame	(g)	TJLP + juros de 4,84%; e outras linhas com juros de 5,00%	-	-	260.537	268.029	2016 à 2024
Prorenewa	(h)	Juros de 5,50%	-	-	147.434	176.140	2016
FCO	(i)	Juros de 8,50%	-	-	41.074	79.763	2016
Arrendamento mercantil	(j)		-	-	8.448	11.704	-
(-) AVP do arrendamento mercantil			-	-	(1.372)	(1.372)	
Refinanciamento PESA	(k)	TJLP + juros de 2,32%	-	-	1.914	2.858	2018
Crédito direto ao consumidor	(l)	Juros de 10,04%	-	-	296	544	2017
Capital de giro		Linha com atualização pelo IGPM + juros de 9,20%	-	-	143	187	2023
Cessão de recebíveis	(m)	Juros de 9,60%	-	-	-	3.348	2015
			691.810	649.654	5.317.589	4.859.179	
A transportar			691.810	649.654	9.220.370	8.826.318	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Nota	Média dos encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Vencimentos
			2016	2015	2016	2015	
De transporte			691.810	649.654	9.220.370	8.826.318	
CDCA e CPR -F	(n)	Juros de 128,86% do CDI; e outras linhas com juros de 17,57%	661.934	684.511	983.026	1.062.989	2016 à 2017
(-) Custo de transação	(t)		(25.331)	(7.565)	(66.391)	(34.597)	
			636.603	676.946	916.635	1.028.392	
Debêntures	(o)	Selic + 2,50% e IPCA + 8,39%	729.924	713.348	729.925	713.349	2017 à 2019
(-) Custo de transação	(t)		-	-	(10.030)	(11.788)	
			729.924	713.348	719.895	701.561	
PESA - Saldo contratual	(p)	IGPM + juros de 8,55%	-	-	183.947	163.701	2016 à 2023
(-) Ajuste a valor presente			-	-	(53.913)	(56.687)	
(-) Aplicações em CTN		IGPM + juros de 12,00%	-	-	(115.560)	(92.552)	
			-	-	14.474	14.462	
A transportar - Total moeda nacional			2.058.337	2.039.948	10.871.374	10.570.733	

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Nota	Média dos encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado		Vencimentos
			2016	2015	2016	2015	
De transporte			<u>2.058.337</u>	<u>2.039.948</u>	<u>10.871.374</u>	<u>10.570.733</u>	
Moeda estrangeira		Variação cambial e juros:					
Pré-pagamento de exportação ("PPE")	(q)	Libor + juros de 3,22%	-	-	373.097	438.865	2016 à 2018
Adiantamento de contrato de cambio	(r)	Linhas de 4,48%	-	-	337.939	263.252	2016
Financiamento de investimentos	(s)	Libor + juros de 2,60%	-	-	32.776	41.382	2018
(-) Custo de transação PPE	(t)		-	-	-	(4.881)	
Total moeda estrangeira			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>743.812</u>	<u>738.618</u>	
			<u>2.058.337</u>	<u>2.039.948</u>	<u>11.615.186</u>	<u>11.309.351</u>	
		Passivo circulante	<u>(1.337.569)</u>	<u>(517.998)</u>	<u>(5.008.744)</u>	<u>(3.072.717)</u>	
		Passivo não circulante	<u>720.768</u>	<u>1.521.950</u>	<u>6.606.442</u>	<u>8.236.634</u>	

Legenda:

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico
 CDI: Certificado de Depósito Interbancário
 CTN: Certificado do Tesouro Nacional
 IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado
 INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
 LIBOR: London Interbank Offered Rate
 PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
 TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
 UMBNDES: Unidade Monetária do BNDES

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2016	2015
2016	-	2.054.874
2017	375.606	1.237.328
2018	457.496	1.198.613
2019	675.319	927.792
2020	851.868	892.476
2021 a 2028	4.246.153	1.925.551
	<u>6.606.442</u>	<u>8.236.634</u>

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (d) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação.
- (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro.
- (f) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um consórcio de bancos.
- (g) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (h) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a renovação e implantação de novos canaviais.
- (i) Linha de crédito de repasse do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste) contratada com o objetivo de financiar a aquisição de bens e serviços para implantação da usina localizada no município de Alto Taquari.
- (j) Refere-se a arrendamento mercantil conforme mencionado na Nota 2.22.
- (k) Acordo de renúncia entre a controlada direta DASA e o BNDES ao referido Programa, que continha a consolidação, confissão e reescalonamento da dívida decorrente da Nota de Crédito Rural 003/97 e Cédula Rural 005/98 emitidas em favor do extinto Banco Crefisul S/A.
- (l) Linhas de crédito para financiar a aquisição de caminhões.
- (m) Antecipação do fluxo de recebíveis referente aos direitos creditórios em contratos de fornecimento, liquidado em 27 de abril de 2015.
- (n) Emissões de Cédulas de Produto Rural Financeiras (CPR-Fs) com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os CDCA's têm como lastro CPR-F's e foram feitos via emissão privada, garantidos por alienação fiduciária de estoque de etanol ou pelo fluxo de recebíveis do contrato de fornecimento de etanol das controladas diretas.

- (o) Emissão privada de debêntures, sendo:
 - (i) 686.000 debêntures simples, divididas em duas séries de 343.000, com emissão ocorrida em 16 de abril de 2010.
 - (ii) 200.000 debêntures simples, divididas em oito séries de 25.000, com emissão ocorrida em 15 de setembro de 2014
- (p) Securitização de dívidas, asseguradas junto às instituições financeiras, através de aquisição no mercado secundário de Certificados do Tesouro nacional – CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Os financiamentos securitizados estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante ao resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras.
- (q) Com a finalidade de financiar exportações futuras de açúcar e/ou etanol foram contratadas operações de Pré-Pagamento de Exportação (PPE).
- (r) Captações de recursos através de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC).
- (s) Contratação de linha de crédito de Repasse do International Finance Corporation (“IFC”) para financiamento da parcela dos investimentos para revitalização da usina.
- (t) Os custos da transação são gastos incorridos para estruturar determinadas operações de empréstimos e financiamentos, que são considerados como parte do custo destas operações, conforme previsto no CPC 08 (R1) – Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. A movimentação desses gastos estão assim demonstrados:

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	Finem	PPE	Debêntures	CPR-F	Total
Saldos em 31 de março de 2015	33.668	4.881	11.788	34.597	84.934
Amortizações	(3.488)	(4.881)	(3.453)	(11.775)	(23.597)
Custos incorridos	973	-	1.695	43.569	46.237
Saldos em 31 de março de 2016	31.153	-	10.030	66.391	107.574
Passivo circulante	(3.194)	-	(3.427)	(10.724)	(17.345)
Passivo não circulante	27.959	-	6.603	55.667	90.229

O montante a apropriar do passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

					Consolidado
	Finem	Debêntures	CPR-F	Total	
2017	2.329	550	4.639	7.518	
2018	2.329	550	4.639	7.518	
2019	2.329	550	4.639	7.518	
2020	2.329	550	4.639	7.518	
2021 a 2029	18.643	4.403	37.111	60.157	
	27.959	6.603	55.667	90.229	

Capitalização de juros

Conforme descrito na Nota 2.14, as controladas diretas da Companhia adotam como prática contábil a capitalização de encargos dos empréstimos e financiamentos durante o período de construção dos ativos e realização de projetos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção, sendo esse valor limitado ao montante dos encargos incorridos no exercício.

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2016, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 11.674.556 e se aproxima, substancialmente, dos saldos contábeis que totalizam R\$ 11.893.606 (saldo contábil desconsiderando os custos com transação, ajustes a valor presente e aplicações com CTN).

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Tributos a recolher e parcelados

(a) Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instituto nacional do seguro social - ("INSS")	36	107	14.407	13.714
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	2.915	-	9.659	6
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	3.888	-	3.968	742
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	-	-	3.355	3.626
Programa de integração social - ("PIS")	656	-	3.243	161
Imposto sobre serviços - ("ISS")	15	56	1.651	3.359
Demais tributos a recolher	-	-	2	13
	<u>7.511</u>	<u>163</u>	<u>36.285</u>	<u>21.621</u>

(b) Tributos parcelados

Os tributos parcelados foram classificados entre circulante e não circulante com base na exigibilidade das parcelas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	5.929	801
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	425	715
Contribuição social retido na fonte - ("CSRF")	333	566
Fundo de garantia por tempo de serviço - ("FGTS")	-	173
	<u>6.687</u>	<u>2.255</u>
Passivo circulante	<u>(1.334)</u>	<u>(1.068)</u>
Passivo não circulante	<u>5.353</u>	<u>1.187</u>

17 Operações com derivativos

	<u>Consolidado</u>		
		<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	1.554	3.311
Futuro de <i>commodity</i> (sugar #11) <i>hedge</i> de fluxo de caixa	99	-	3.144
	<u>99</u>	<u>1.554</u>	<u>6.455</u>

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, caso contrário é classificado no ativo ou passivo circulante.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Swap de taxas de juros

As controladas da Companhia possuem operações de *swap* de juros para a proteção da taxa flutuante da Libor. Os valores de referência (notional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de março de 2016, correspondem a US\$ 21.091 (US\$ 48.727 – 2015). Em 31 de março de 2016 e 2015, os *swaps* possuem as pontas ativas em Libor (de 6 meses) contra juros pré-fixados de 1,08% a 3,92%.

Ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP” (Nota 4 (a)), referentes a contratos de *swap* de taxas de juros, são apropriados ao resultado conforme a amortização dos empréstimos e financiamentos relacionados.

(b) Contratos futuros de Commodity

Em 31 de março de 2016, os valores de referência (nocial) dos contratos de futuro de açúcar somam 12.447 toneladas (15.240 toneladas em 2015).

As variações efetivas do valor justo dos derivativos de *commodity* classificadas como “*Hedge* de fluxo de Caixa” são registradas no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP”, sendo registradas no resultado operacional conforme ocorre a venda do item protegido.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição

Créditos:

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízos fiscais e bases negativas	7.033.024	5.626.896	7.043.720	5.637.258
Diferenças temporárias:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	178.012	157.987	178.012	157.987
Variação do valor justo do ativo biológico	19.798	31.023	19.798	31.023
Variação do valor justo do produto agrícola	1.273	11.366	1.273	11.366
Provisões Diversas	197.576	118.520	197.576	118.520
Outros Ajustes	4.479	6.138	4.479	6.138
	<u>7.434.162</u>	<u>5.951.930</u>	<u>7.444.858</u>	<u>5.962.292</u>
Potencial crédito tributário	1.858.541	1.487.983	670.037	536.606
Crédito tributário não registrado	<u>(1.501.175)</u>	<u>(1.095.255)</u>	<u>(541.385)</u>	<u>(395.225)</u>
	<u>357.366</u>	<u>392.728</u>	<u>128.652</u>	<u>141.381</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Débitos:

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias:				
Variação do valor justo do ativo biológico	491.070	694.776	491.070	694.776
Variação do valor justo do produto agrícola	3.688	651	3.688	651
Ajuste AVP plano PESA	53.913	56.687	53.913	56.687
Venda dos ativos de cogeração de energia	624.550	624.550	624.550	624.550
Amortização do ágio	252.410	182.488	242.410	182.488
Outros ajustes	7.399	1.511	7.399	1.511
	<u>1.433.030</u>	<u>1.560.663</u>	<u>1.433.030</u>	<u>1.560.663</u>
Débitos diferidos totais	<u>358.258</u>	<u>390.166</u>	<u>128.973</u>	<u>140.460</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Portanto, os créditos tributários diferidos limitam-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis futuros, descontados ao seu valor presente, preparadas pela Administração da Companhia, considerando-se inclusive, quando aplicável, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto.

(b) Os créditos e débitos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

	Créditos		Débitos	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias:				
Prejuízo fiscal e base negativa	416.806	423.599	-	-
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	60.524	53.715	-	-
Ajuste AVP plano PESA	-	-	18.331	19.274
Variação do valor justo do ativo biológico	6.731	10.548	166.964	236.224
Variação do valor justo do produto agrícola	433	3.865	1.254	221
Venda dos ativos de cogeração de energia (i)	-	-	212.347	212.347
Provisão de equidade (ágio)	-	-	85.819	62.046
Provisões Diversas	1.524	42.382	2.516	514
	<u>486.018</u>	<u>534.109</u>	<u>487.231</u>	<u>530.626</u>

- (i) Na operação de venda dos ativos de cogeração de energia das controladas diretas da Companhia, adotou-se a prerrogativa fiscal de tributação do ganho de capital pelo regime de caixa, em algumas unidades. Nesse sentido, a exclusão na apuração do lucro real, refere-se a parcela de ganho de capital

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondente ao saldo de contas a receber das controladas diretas Santa Luzia, Rio Claro, UCP e Eldorado. Nas controladas diretas UAL e Brenco, a tributação foi pelo regime de competência.

(c) Por entidade jurídica, líquida – consolidado

Entidade	Créditos		Débitos		Saldo	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ODB Par	817	2.669	(1.971)	-	(1.154)	2.669
Eldorado	149.317	144.118	(149.376)	(143.975)	(59)	143
DASA	42.999	38.709	(42.999)	(38.038)	-	671
Pontal	3.994	3.964	(3.994)	(3.964)	-	-
Rio Claro	31.038	30.130	(31.038)	(30.130)	-	-
UCP	72.327	74.446	(72.327)	(74.446)	-	-
Santa Luzia	111.616	130.748	(111.616)	(130.748)	-	-
Brenco	73.910	109.325	(73.910)	(109.325)	-	-
	<u>486.018</u>	<u>534.109</u>	<u>(487.231)</u>	<u>(530.626)</u>	<u>(1.213)</u>	<u>3.483</u>

(d) Movimentação dos tributos diferidos durante o ano (consolidado):

	2015	Reconhecida no patrimônio líquido	Reconhecida no resultado	2016
Diferenças temporárias:				
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	53.716	-	6.808	60.524
Variação do valor justo do ativo biológico	(225.676)	-	65.443	(160.233)
Venda dos ativos de cogeração de energia	(212.347)	-	-	(212.347)
Variação do valor justo do produto agrícola	3.643	-	(4.464)	(821)
Ajuste AVP plano PESA	(19.274)	-	943	(18.331)
Prejuízo fiscal	423.597	-	(6.791)	416.806
Amortização de ágio	(62.046)	-	(23.773)	(85.819)
Outros ajustes	41.870	(2.545)	(40.317)	(992)
	<u>3.483</u>	<u>(2.545)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(1.213)</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	Reconhecida no patrimônio líquido	Reconhecida no resultado	<u>2015</u>
Diferenças temporárias:				
Ajustes 11.638/2007:				
Despesas diferidas - fase pré-operacional	79.039	-	(25.324)	53.715
Variação do valor justo do ativo biológico	(51.446)	-	(174.230)	(225.676)
Venda dos ativos de cogeração de energia	(212.347)	-	-	(212.347)
Variação do valor justo do produto agrícola	-	-	3.643	3.643
Ajuste AVP plano PESA	(21.832)	-	2.558	(19.274)
Prejuízo fiscal	232.744	-	190.853	423.597
Amortização de ágio	(54.826)	-	(7.219)	(62.045)
Outros ajustes	28.668	(2.621)	10.581	41.870
	-	(2.621)	862	3.483

19 Planos de previdência privada

As controladas da Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV – Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora da Companhia Odebrecht S.A., constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 378, integrantes em 31 de março de 2016 (489 integrantes – 2015). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições das controladas no exercício findo em 31 de março de 2016 somaram R\$ 743 (R\$ 1.332 - 2015) e dos participantes R\$ 2.461 (R\$ 4.204 - 2015).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R) - Benefícios a Empregados.

20 Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2016 é de R\$ 3.973.919 (R\$ 3.204.815 – 2015), dividido em 76.913.092.050.996 (2.716.196.996 – 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 31 de março de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 769 milhões, com a consequente emissão de 76.910.375.854.000 ações.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de julho de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$ 150 milhões, com a consequente emissão de 546.965.425 ações.

Em 30 de agosto de 2013, o capital social da Companhia passou de R\$2.189.392, composto por 2.054.606.021 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 3.054.815, divididos em 2.169.231.571 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme aumento de capital no montante de R\$ 865.423 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no mesmo período.

Em 31 de março de 2013, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.884.937, composto por 4.996.696.427 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 2.189.392, divididos em 2.054.606.021 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme aumento de capital no montante de R\$ 304.455 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de março de 2013.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2015 e 2014, correspondem, basicamente, a resultado de valorização a mercado de operações com derivativos, líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social, *hedge accounting* de passivos financeiros não derivativos (Nota 4.1(a)) e ágio em transações de capital (Nota 20(f)).

(c) Reserva de lucros

Legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Lucros a realizar - reserva constituída para absorver os lucros não realizados e que serão base para distribuição de dividendos, quando de sua realização ou para absorção de prejuízos.

(d) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal.

(e) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – “Resultado por ação”, a tabela abaixo reconcilia o prejuízo do exercício com os valores usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(1.791.399)	(973.474)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	<u>2.716.197</u>	<u>2.533.875</u>
Prejuízo básico e diluído por ação – em Reais	<u>(0,660)</u>	<u>(0,384)</u>

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Transações com não controladores

Em 1º de julho de 2014, a Companhia adquiriu participação adicional de 20,00% das ações de sua controlada direta UCP, que representam 13.881.776 ações ordinárias nominativas, pelo valor de R\$52 milhões, passando a deter 100,00% do capital dessa controlada. A aquisição se deu no contexto de exercício de direito de venda por parte dos detentores dos referidos 20,00% das ações da UCP, conforme previsão descrita no acordo de acionistas então vigente. O valor patrimonial das ações dos acionistas não controladores na data da aquisição era de R\$ 10,5 milhões, gerando um ágio de R\$41,5 milhões.

Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, o ágio foi registrado como redutor no patrimônio líquido na rubrica de “ágio em transações de capital” por se tratar de uma transação entre acionistas.

Os efeitos da mudança de participação na Companhia no patrimônio líquido atribuídos aos acionistas da UCP estão resumidos a seguir:

(i) Cálculo do valor patrimonial por ação (VPA)

	1º de julho de 2014
Total do patrimônio líquido da UCP	52.538
Total de ações ordinárias	69.409
Valor patrimonial (R\$/ação)	0,7569
Total de ações ordinárias adquiridas pela ODB Par	13.882
Valor patrimonial (R\$/ação)	0,7569
Valor patrimonial das ações dos acionistas não controladores	10.508

(ii) Cálculo do ágio na aquisição de ações

Valor pago na aquisição das ações da UCP	(52.000)
Valor contábil patrimonial da participação dos não controladores	10.508
Ágio na aquisição de participação do patrimônio líquido atribuível aos não controladores	(41.492)

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita bruta e líquida

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta		
Mercado interno	3.428.481	2.222.206
Mercado externo	580.235	499.259
(Perda) ganho nas operações de <i>hedge</i> pelo embarque	(4.073)	7.930
Outras receitas	47.965	61.578
	<u>4.052.608</u>	<u>2.790.973</u>
Fretes sobre vendas	(174.851)	(120.658)
Tributos sobre vendas	(162.007)	(125.371)
Armazenagem	(23.365)	(8.977)
Devoluções	(14.769)	(4.388)
	<u>(375.982)</u>	<u>(260.394)</u>
Receita líquida	<u><u>3.677.616</u></u>	<u><u>2.531.579</u></u>

22 Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza

	Consolidado	
	2016	2015
Custo industrial (i)	<u>(2.210.340)</u>	<u>(1.850.454)</u>
Despesas com pessoal	(158.501)	(146.170)
Despesas gerais e administrativas	(55.457)	(69.766)
Serviços de terceiros	(95.723)	(117.130)
	<u>(309.681)</u>	<u>(333.066)</u>
Depreciação e amortização:		
Amortização do valor justo do ativo biológico	(176.036)	(51.970)
Amortização de lavoura	(484.640)	(383.942)
Amortização de entressafra agrícola	(10.856)	(10.213)
Amortização de entressafra industrial	(42.203)	(51.042)
Amortização trato cana soca	(330.110)	(281.448)
Depreciação de ativos e outros (ii)	(289.232)	(268.331)
Outras amortizações	-	(3.931)
	<u>(1.333.077)</u>	<u>(1.050.877)</u>
	<u><u>(3.853.099)</u></u>	<u><u>(3.234.397)</u></u>

(i) Incluem gastos com mão de obra, serviços, materiais, insumos, CCT, parcerias agrícolas e outros custos industriais.

(ii) Na depreciação de ativos e outros está incluído o montante de R\$ 17.736 (R\$ 24.087 – 2015) que corresponde a depreciação de móveis e equipamentos dos setores administrativos da Companhia e de suas controladas diretas, que compõem a rubrica de “Despesas administrativas e gerais” na Demonstração do Resultado do Exercício.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras:				
Variação cambial ativa	15.359	-	257.330	92.340
Juros ativos	388.778	322.600	251.750	189.530
Variação monetária ativa	-	-	223.718	207.031
Rendimento com aplicações financeiras	137	-	27.226	42.012
Outras receitas financeiras	84	21	1.442	3.591
Ajuste a valor presente	149	-	86	-
Ganhos nos derivativos não designados para <i>hedge</i>	-	-	-	9.651
Ajuste a valor presente	-	-	-	8.362
Ajuste a valor de mercado	-	577	-	2.778
	<u>404.507</u>	<u>323.198</u>	<u>761.552</u>	<u>555.295</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(465.614)	(307.391)	(1.651.891)	(1.254.185)
Variação cambial passiva	(29.115)	(9.987)	(381.113)	(105.946)
Variação monetária passiva	-	-	(254.031)	(82.546)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(21.341)	(183)	(56.518)	(10.178)
Amortização de custos da transação	(4.591)	(1.468)	(26.597)	(8.607)
Liquidação de hedge de taxa de juros, substancialmente <i>SWAP</i>	-	-	(2.460)	(2.232)
Ganhos nos derivativos não designados para <i>hedge</i> , líquidas	(1.463)	-	(1.480)	(1)
Ajuste a valor presente	-	-	(797)	-
Despesas e comissões bancárias	(37)	(13.665)	-	(16.162)
Ajuste a valor de mercado	-	(901)	-	(3.346)
Outras despesas financeiras	(84)	(5)	(102)	(291)
	<u>(522.245)</u>	<u>(333.600)</u>	<u>(2.371.989)</u>	<u>(1.483.494)</u>

24 Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia e de suas controladas são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes.

Em 31 de março de 2016, a Companhia e suas controladas integram o programa de seguro operacional com as seguintes coberturas/ apólices: (i) Riscos Operacionais - "All Risks" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como, Lucros Cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de Dano Material coberto pela apólice) com cobertura para o Grupo Odebrecht Agroindustrial de R\$ 1.000.000, sendo o valor em risco de R\$ 9.440.492; (ii) Riscos de engenharia (cobertura para a construção, instalação e montagem) com o valor em risco de R\$ 411.100; (iii) Responsabilidade Civil Geral, com limite máximo de indenização de R\$ 80.000; (iv) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com o valor em risco de R\$ 719.405; (v) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração considera os seguros contratados suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

25 Provisões para contingências

(a) Provisionadas

Refere-se à provisão para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, conforme sumariados abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Processos cíveis	2.825	2.386
Processos trabalhistas	66.118	52.784
Processos tributários	23	475
	68.966	55.645
Depósitos judiciais	(55.044)	(48.119)
Passivo não circulante	13.922	7.526

(b) Não provisionadas

Algumas controladas são parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade remota ou possível de perda, pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. As contingências possíveis não provisionadas são:

	Consolidado	
	2016	2015
Processos tributários	289.266	311.099
Processos trabalhistas	67.073	87.019
Processos cíveis (i)	74.753	59.996
	431.092	458.114

(i) Dentre as ações cíveis, destacam-se:

(a) A controlada Brenco, em 21 de maio de 2009, foi judicialmente citada para responder à Ação Ordinária de Rescisão do Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas, celebrado em 8 de maio de 2007, com a Andrella União Agrícola Ltda., cumulada com indenização por danos materiais e morais. A controlada registrou, à época, provisão no montante de R\$ 10 milhões. Em 31 de março de 2013 a provisão foi revertida conforme laudo pericial contábil favorável à Brenco e conforme opinião dos consultores jurídicos. Atualmente, está sendo realizada a perícia de engenharia agrônômica. A Administração manteve a ação como probabilidade de perda possível, montante de R\$ 10 milhões.

(b) Em 3 de fevereiro de 1958, a Fazenda do Estado de São Paulo ajuizou ação discriminatória contra os proprietários de imóveis situados no 15º Perímetro do Pontal do Paranapanema onde está situado o parque industrial da controlada direta DASA.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo da ação é a declaração de que tais terras seriam devolutas por conta de suposta falsificação de assinatura no registro de origem da posse da fazenda da qual todos os imóveis do referido perímetro foram desmembrados, o que teria ocorrido em 1856. A DASA e os demais réus defendem a impossibilidade de se comprovar a referida falsificação com base em uma prova emprestada produzida em uma ação da qual não foram partes, o usucapião do imóvel e o ônus probatório da Fazenda do Estado para demonstrar que as terras são devolutas, fato não comprovado na ação discriminatória.

Em 2013 foi promulgada Lei que permite a celebração de acordo visando ao encerramento de ações discriminatórias no Estado de São Paulo mediante o pagamento de 10% do valor da terra nua. A DASA obteve decisão favorável no âmbito administrativo e já realizou o pagamento para a regularização da área. Assim, as áreas da DASA serão regularizadas e não estarão sujeitas ao efeito da ação discriminatória. A ação foi julgada procedente no Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2016.

26 Compromissos (consolidado)

Determinadas controladas possuem contratos futuros firmados. Os contratos discriminados são aqueles com condições específicas que, por conseguinte, geraram provisões nas presentes demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Contrato de serviço de transporte de etanol

Em 17 de junho de 2008, a controlada Brengo firmou contrato de prestação de serviços de transporte de etanol com a ALL – América Latina Logística S.A., com vigências de 2008 a 2019, com volume médio anual de 850 mil m³, assegurando o suprimento de frete necessário para este período. Em 28 de dezembro de 2011 foi firmado termo aditivo ao contrato, aonde foram estabelecidos novos volumes, sendo 450 mil m³, por safra, a partir da safra 15/16. Em 30 de maio de 2012, houve a inclusão, no contrato, das usinas Eldorado, Santa Luzia, UCP e DASA, controladas diretas da Companhia.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Contratos de serviços de transbordo e transporte de cana-de-açúcar

As controladas diretas da Companhia, durante a safra 15/16, renegociaram contratos para transbordo e transporte de cana-de-açúcar. A posição desses contratos em 31 de março de 2016 pode assim ser demonstrada:

Empresa	Volume mínimo por safra Ton. Mil	Vigência dos contratos Anos
UCP	3.200	2
DASA	1.700	2
Eldorado	1.051	1
Sta. Luzia	4.700	3
Rio Claro	3.913	2
Brenco	9.340	2

(iii) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

As controladas da Companhia arrendam diversos equipamentos agrícolas e caminhões de apoio à operação, com características de arrendamento operacional. Os contratos possuem cláusulas de cancelamento que obrigam as partes a fornecerem notificação com antecedência mínima de seis meses e cláusulas imputáveis de multas rescisórias.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamentos, segundo os contratos firmados são:

	Consolidado	
	2016	2015
Em um ano	55.560	12.533
Mais de um ano até cinco anos (*)	160.398	67.435
	215.958	79.968

(*) Durante a safra 15/16, a Companhia firmou novos contratos de arrendamento mercantil operacional de equipamentos agrícolas.

27 Eventos subsequentes

Reestruturação da dívida e aporte de capital

Em 30 de junho de 2016, após o encerramento do exercício social da Companhia e suas controladas e antes da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas firmaram de forma vinculante o Instrumento Particular de Acordo de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo”), renegociando aproximadamente 95% de suas dívidas com instituições financeiras, correspondentes a aproximadamente R\$ 11 bilhões, com vencimentos no curto e longo prazos.

Destes, R\$ 3,4 bilhões tiveram a renegociação concluída antes de 31 de março de 2016 e, portanto, os efeitos foram refletidos nessas demonstrações financeiras de encerramento da safra.

Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de março de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A renegociação das dívidas envolveu também o compromisso do acionista em aportar cerca de R\$ 6,2 bilhões no Grupo, conforme discriminado abaixo.

A dívida renegociada terá carência de 5 anos para pagamento de principal com amortização em 8 anos. Ainda conforme o Acordo, a data limite para liberação dos novos recursos é de 31 de agosto de 2016, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, principalmente a documentação relacionada ao registro dos novos contratos e constituição e averbações das garantias negociadas.

Além do impacto representativo na estrutura patrimonial da Companhia e suas controladas com o aporte de R\$ 6,2 bilhões, a renegociação propiciará, principalmente, a equalização do fluxo de caixa, com realocação de R\$ 3,9 bilhões do passivo circulante para o passivo não circulante.

Caso os efeitos da renegociação tivessem sido refletidos integralmente no balanço patrimonial de encerramento da safra 15/16, a posição do ativo, do passivo e do patrimônio líquido, consolidados, da Companhia e suas controladas, seria a seguinte:

	2016	2016 Após reestruturação
Ativo		
Circulante	2.845.881	3.982.664
Não circulante	9.444.698	9.444.698
Total do ativo	12.290.579	13.427.362
Passivo		
Circulante	6.164.839	1.517.169
Não circulante	7.680.257	9.491.228
Total do passivo	13.845.096	11.008.397
(Passivo a descoberto) patrimônio líquido	(1.554.511)	2.418.972
Participação dos não controladores	(6)	(6)
Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido	(1.554.517)	2.418.966
Total do passivo e (passivo a descoberto) patrimônio líquido	12.290.579	13.427.362

Substancialmente, os efeitos demonstrados acima, são reflexos dos seguintes movimentos:

- ⇒ R\$ 3,9 bilhões de reclassificação de dívidas do passivo circulante para o não circulante
- ⇒ R\$ 1,5 bilhão de aporte em dinheiro;
- ⇒ R\$ 2,5 bilhões de assunção de dívidas por empresas do Grupo ODB com posterior capitalização, dos quais 500 milhões já foram refletidos em 31 de março de 2016.
- ⇒ R\$ 400 milhões de capitalização de dívidas de empresas do Grupo ODB

Adicionalmente, haverá a assunção de mais R\$ 1,8 bilhão de dívida para empresa do Grupo ODB com capitalização subsequente na controladora ODB Agro, porém esse efeito não está refletido.

* * *